

Cultura e defesa nacional – o caso português

Carolina Inês Brito Cecílio

Relatório

**de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais,
na área de especialidade em Relações Internacionais**

Julho, 2016

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, na área de especialidade em Relações Internacionais, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Teresa Rodrigues

Cultura e defesa nacional – o caso português

Carolina Inês Brito Cecílio

RESUMO

Este relatório descreve o estágio realizado no Instituto da Defesa Nacional, em Lisboa, entre o dia 29 de setembro de 2015 e o dia 09 de abril de 2016.

O Instituto é o principal centro de investigação nas áreas da segurança e da defesa em Portugal, tendo como missão o desenvolvimento do pensamento estratégico português. Através da investigação e de publicações, de cursos e seminários, o Instituto da Defesa Nacional tenta sensibilizar a sociedade civil para as questões securitárias e estratégicas, nacionais e internacionais.

Ao longo do relatório, é descrita a evolução da entidade de acolhimento e os seus objetivos, seguindo-se a descrição das diversas atividades e funções desenvolvidas pela estagiária durante seis meses. Reflete-se sobre a relação entre cultura e defesa nacional em Portugal e qual o papel do Instituto na implementação e desenvolvimento das estratégia e defesa nacionais.

O Instituto da Defesa Nacional tem vindo a mostrar ser um ator essencial na sensibilização da sociedade civil portuguesa para as questões de segurança e defesa, dando um forte contributo à investigação portuguesa nestas áreas, e na sua divulgação pelo mundo, através de variadas parcerias internacionais. Embora já se tenha estabelecido como principal centro de investigação nestes domínios, e tenha vindo a melhorar e a aumentar a sua oferta formativa, o Instituto não pode parar de evoluir e de definir novas metas, sendo a sensibilização e colaboração com os mais jovens ou a utilização mais eficaz das redes sociais, alguns dos aspetos que podem, e estão a ser aperfeiçoados.

O estágio nesta entidade permitiu o aprofundamento de conhecimentos nas relações internacionais, principalmente nas áreas da segurança e da estratégia, e o desenvolvimento de novas capacidades na organização e gestão de eventos.

PALAVRAS-CHAVE: Instituto da Defesa Nacional; Estágio; Segurança; Defesa Nacional; Relações Internacionais

ABSTRACT

This report describes the internship that took place at the National Defense Institute in Lisbon, between the 29th of September 2015 and the 9th of April 2016.

The Institute is the main research center in the areas of security and defense in Portugal, having as mission the development of the Portuguese strategic thinking. Through its research, publications, courses and seminars, the National Defense Institute has been trying to raise awareness in the civil society for national and international security and strategic issues.

Throughout the report, the evolution and the goals of the organization are described, followed up by the description of the activities and functions undertaken by the intern during six months, ending with a reflection about the link between culture and national defense in Portugal, and about the Institute's role in the implementation and development of national defense and strategy.

The National Defense Institute has been proving to be a key player in raising awareness of the Portuguese population for security and defense issues, giving a strong contribution to the national research in these areas, and in its dissemination across the world, through its international partnerships. Although the Institute is already considered the main research center in these fields, and has been improving and increasing its educational offer, it cannot stop to evolve and set new goals. Aspects such as the collaboration with the younger generation, or more effective use of social networks, can and are being improved.

The internship at the Institute allowed a furthering knowledge in international relations, mainly in security and strategic issues, and the development of new skills in the areas of organization and event management.

KEYWORDS: National Defense Institute; Internship; Security; National Defence; International Relations

Índice

Índice de Figuras	v
Lista de Abreviaturas	vi
1. Introdução	1
2. Caracterização da entidade de acolhimento	3
2.1. História	3
2.1.1. Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional	3
2.1.2. Instituto da Defesa Nacional	6
2.2. O Instituto da Defesa Nacional em 2016	9
2.2.1. Estrutura orgânica institucional	9
2.2.2. Missão, visão, valores e prioridades	11
2.2.3. Atividades e serviços prestados	12
2.2.3.1. Investigação	12
2.2.3.2. Educação e formação	13
2.2.3.3. Sensibilização e divulgação	15
2.2.3.4. Cooperação internacional	17
3. Estágio	19
3.1. Conferências e seminários	19
3.1.1. “ <i>Hitler and the First World War</i> ”	20
3.1.2. “ <i>A União Europeia e a crise dos refugiados</i> ”	21
3.1.3. “ <i>India’s Foreign Policy and Strategic Culture</i> ”	22
3.1.4. “ <i>O Brasil e a transição internacional</i> ”	23
3.1.5. “ <i>Capacity building in Defense and Security: has it ever worked?</i> ”	24
3.1.6. “ <i>The European Union Global Strategy</i> ”	25

3.1.7.	<i>“The EU Comprehensive Approach – an opportunity for better cooperation and impact”</i>	26
3.1.8.	<i>“A ameaça terrorista e a segurança europeia”</i>	28
3.1.9.	<i>“Entering the War. The entrance of Small and Medium powers in the First World War”</i>	28
3.2.	Grupos de estudos e mesas redondas	29
3.2.1.	Grupo de estudos sobre as “Relações Portugal-Brasil”	30
3.2.2.	Grupo de estudos sobre “Política Externa, Segurança e Defesa Europeia”	30
3.2.3.	Grupo de estudos sobre “Segurança Energética”	31
3.2.4.	Mesa redonda “The EU Global Strategy”	32
3.2.5.	Mesa redonda “The new EU’s Global Strategy – how to meet Foreign and Security Policy challenges?”	32
3.3.	Cursos	33
3.3.1.	40.º Curso de Defesa Nacional	33
3.3.2.	IV Curso Intensivo de Segurança e Defesa	35
3.3.3.	I Ação de Formação: “Segurança, Defesa e Paz”	36
3.3.4.	VII Curso de Gestão Civil de Crises	37
3.3.5.	III Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço	39
3.4.	Outras atividades	40
3.4.1.	Visita a Portugal do 127.º Curso Sénior do Colégio da NATO	40
3.4.2.	Projeto Piloto de Implementação do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz nos agrupamentos de escolas do município de Baião	41
3.4.3.	Seminário “IDN-Jovem”	41
3.5.	Reflexões sobre o estágio	42
4.	Trabalho de investigação: “Cultura e defesa nacional – o caso português”	44

4.1.	Abordagem concetual	45
4.2.	Legislação portuguesa da defesa nacional	48
4.3.	Cultura e defesa nacional no Conceito Estratégico de Defesa Nacional	49
4.4.	Cultura de defesa e defesa da cultura em Portugal	53
4.5.	Notas finais	55
5.	O papel do Instituto da Defesa Nacional na estratégia e na defesa nacionais	56
6.	Considerações Finais	59
	Bibliografia.....	62
	Anexo	A1

Índice de Figuras

Figura 1:	Estrutura do IDN.....	10
Figura 2:	Nação e Defesa n.º 137	17
Figura 3:	Coleção Atena n.º 30	17
Figura 4:	IDN Cadernos n.º 5.....	17
Figura 5:	IDN Brief.....	17

Lista de Abreviaturas

AFSDP: Ação de Formação “Segurança, Defesa e Paz”

BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CDN: Curso de Defesa Nacional

CEDN: Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEM: Conceito Estratégico Militar

CEME: Chefe do Estado-Maior do Exército

CEMGFA: Chefe do Estado-Maior-Geral das Forças Armadas

CGCC: Curso de Gestão Civil de Crises

CGCiber: Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço

CISEDE: Curso Intensivo de Segurança e Defesa

CNS: Conceito Nacional de Segurança

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRP: Constituição da República Portuguesa

EGUE: Estratégia global da União Europeia

ESDC: *European Security and Defence College*

EUISS: *European Union Institute for Security Studies*

IAEDN: Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional

IAEM: Instituto de Altos Estudos Militares

ICS-UL: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

IDN: Instituto da Defesa Nacional

IHC-UNL: Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa

IPRI-UNL: Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa

LDN: Lei de Defesa Nacional

LDNFA: Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas

NATO: *North Atlantic Treaty Organization*

ONG: Organização não governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

PCSD: Política comum de segurança e defesa

PDN: Política de Defesa Nacional

UE: União Europeia

1. Introdução

Ao longo da História, a segurança aparece sempre como um objetivo essencial à sobrevivência – sobrevivência de uma família, de um povo, de uma comunidade, de um Estado ou de uma região. Associado a este instinto de sobrevivência surge a defesa, pois é ela que vai permitir a proteção da casa, do território, das tradições – é a defender o que é seu que o ser humano vai conseguir atingir um estado de segurança.

A evolução das relações internacionais tem mostrado como esta questão da segurança e da defesa tem origens muito longínquas, mas que se tem vindo a modificar, com a aparição de novos atores, como as organizações internacionais ou não governamentais, e com a difusão da globalização, que tem a capacidade de tornar uma ameaça local numa ameaça mundial.

Todos estes acontecimentos e fenómenos têm uma influência sobre os conceitos de segurança e defesa, tornando-os conceitos mutáveis, sujeitos a alterações e atualizações com o passar do tempo, obrigando também os *players* a uma revisão de estratégias. Face a todo um novo ambiente, que teve início após os atentados de 11 de setembro de 2001, torna-se imperativo estudar e investigar, para conseguir encontrar soluções para os problemas securitários mundiais, regionais e nacionais, tarefa que se tem vindo a demonstrar cada vez mais complexa e difícil de superar.

Em Portugal, o principal centro de investigação especializado nas áreas da defesa e da segurança é o Instituto da Defesa Nacional, que já tem algumas décadas de existência e se tem adaptado às circunstâncias do cenário internacional.

Foi neste instituto que a aluna efetuou um estágio de seis meses e de que resulta o presente relatório, que tem por objetivo descrever as atividades desenvolvidas, mas também refletir sobre as funções do organismo na sociedade portuguesa e a sua influência nas relações internacionais. Ao longo do relatório, tentar-se-á responder às seguintes questões:

- Qual o papel do Instituto da Defesa Nacional na estratégia nacional e na defesa nacional?
- Existe uma cultura estratégica portuguesa? Se sim, como é que o Instituto tem contribuído para o seu desenvolvimento?

- O estágio realizado foi ao encontro da missão e dos objetivos do Instituto?

Numa primeira parte propõe-se a caracterização da entidade de acolhimento, através de uma resenha histórica do Instituto, descrevendo a sua evolução até à atualidade e as suas funções, os seus objetivos e a sua missão. A metodologia utilizada neste capítulo consistiu na pesquisa detalhada a partir de documentos oficiais do Instituto, legislação e livros que abordassem o aspeto histórico da instituição.

A segunda parte é relativa ao período de estágio no Instituto da Defesa Nacional. Propõe-se a descrição e caracterização das várias atividades desenvolvidas, das funções e das capacidades da estagiária, e faz-se um balanço sobre o estágio, deixando, por fim, algumas sugestões. A informação para este capítulo foi recolhida através de documentos oficiais, como diretivas ou apresentações, e através da comunicação pessoal, da observação, do contacto com as pessoas e da participação nas atividades.

A terceira parte consiste num capítulo de investigação, intitulado “Cultura e defesa nacional – o caso português”. Pretende-se com este trabalho perceber se existe uma relação entre a cultura e a defesa nacional, e, em caso afirmativo, qual a relação existente entre as duas em Portugal. Para esta breve investigação foram utilizados livros, artigos especializados, documentos e legislação, principalmente nacionais.

Na última parte pretende-se perceber qual o papel do Instituto da Defesa Nacional na estratégia e na defesa nacional, refletindo sobre a sua missão e os seus objetivos, se estão a ser concretizados e qual tem sido a reação e evolução da sociedade portuguesa face ao Instituto, ao seu trabalho de investigação e às suas atividades em geral, seguindo-se as considerações finais do relatório.

2. Caracterização da entidade de acolhimento

2.1. História

2.1.1. Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional

Os conceitos de segurança e defesa sofreram diversas alterações ao longo dos séculos. Inicialmente, eram conceitos exclusivos do domínio militar, mas, com o desenvolvimento das relações internacionais, tornou-se imperativo integrar outras áreas na teorização e prática de defesa e segurança. Todo este processo de aprendizagem foi longo e não atingiu todos os Estados, nem da mesma maneira, nem ao mesmo tempo.

Pouco após o fim da Primeira Guerra Mundial, o Reino Unido passou por um momento de profunda reflexão, apercebendo-se de que a defesa e a eficiência militar poderiam melhorar substancialmente se houvesse um envolvimento de outras áreas, como a economia, a política ou as comunicações. Tornou-se indispensável este envolvimento comum, pois constatou-se a interligação e interdependência entre todos os setores, beneficiando a elaboração e execução de uma estratégia nacional (Pina, 1987: 36). Para este efeito, surgiu em Londres, em 1927, uma instituição responsável pelo estudo multidisciplinar da estratégia britânica: o *Imperial Defence College*. O seu objetivo era a análise da “[...] política nacional no seu mais alto nível e [...]” contribuir para a “[...] formulação e execução da política de segurança” (*idem*: 37).

Em plena Segunda Guerra Mundial, após terem observado e colaborado com o Reino Unido, os Estados Unidos apoiaram a ideia de criar uma instituição que unisse as várias vertentes militares, criando o Colégio de Estado-Maior do Exército e da Marinha (*idem*: 36). No entanto, este colégio não se provou suficiente, pois só integrava a componente militar. Em 1946, nasceu o *National War College*, que agregava o setor militar ao setor civil, incentivando a colaboração entre os mais altos e reputados especialistas em assuntos militares e de política nacional, contribuindo, à semelhança do que se passava em Londres, na elaboração de uma estratégia integrada, desta forma corrigindo uma lacuna nacional (*idem*).

A integração de Portugal em organizações como a NATO promovia uma relação com os dois países acima referidos, recolhendo influências dos mesmos. Os conceitos de defesa e de segurança eram abrangentes nos países aliados, pois as próprias circunstâncias das relações internacionais a isso tinham obrigado. Portugal tinha uma certa obrigação de

acompanhar estas mudanças e desenvolvimentos, de forma a conseguir contribuir para uma segurança mundial e se enquadrar como um ator relevante.

As primeiras tentativas de alargar as temáticas da segurança e da defesa ao público civil, e de uma maior e mais profunda colaboração entre os vários ramos das Forças Armadas, ocorreram no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), entre 1957 e 1958. “[...] estudaram-se temas inter-forças armadas com a participação de técnicas e entidades civis [...] em 1967 efectuou-se no mesmo Instituto um ciclo de estudos estratégicos, igualmente com a colaboração de personalidades civis [...]” (*idem*: 39).

“[...] mas não existia no nosso País uma organização com a responsabilidade da programação sistemática de trabalhos no domínio da estratégia geral e da política militar, quer no campo nacional, quer no campo internacional” (*idem*). Algumas entidades, nomeadamente aquelas que mais contacto tinham com o estrangeiro, começavam a aperceber-se da necessidade de atualizar e alargar os conceitos de defesa nacional e de segurança, pois a realidade geopolítica e geoestratégica em que tinham sido pensados vinha sofrendo diversas alterações nos últimos anos (Rodrigues, 1987: 30-31). Era, pois, essencial a edificação de uma instituição especializada no estudo da estratégia, da segurança e da defesa, capaz de promover a interdepartamentalidade e a interdisciplinaridade nestas áreas, na ambição de uma política nacional mais coerente, integrada e eficaz (Aguiar, 1987: 30).

No dia 23 de dezembro de 1967 foi publicado o Decreto-Lei n.º 48 156¹, criando o Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN), devido “[...] à acentuação do conceito amplo, interdisciplinar e integrado de Defesa Nacional que a segunda guerra mundial consolidara [...]” (Santos, 2006: 4). O IAEDN foi criado pelo Conselho de Ministros e ficou sob tutela do Ministério da Defesa Nacional, sendo um órgão especializado no estudo da segurança e defesa nacionais, “[...] destinado quer a analisar, na base de uma visão global, questões que se revestem da maior importância para o País, quer a preparar [...] dirigentes de vários sectores, civis e militares, públicos e privados [...] capazes de estudarem em comum [...]” (Decreto-Lei n.º 48 156). Criar uma doutrina que abrangesse o mais variado espectro da sociedade e contribuir para uma estratégia geral multidisciplinar também faziam parte da lista de objetivos do Instituto.

¹ Disponível em: <https://dre.pt/application/file/401598>.

A base legal estava concluída e, formalmente, o IAEDN já era uma realidade em solo português. No entanto, só a partir de 1969 é que se registaram os primeiros movimentos e trabalhos no Instituto, pois até lá nenhuma personalidade parecia querer assumir o cargo da direção. Nesse ano, tendo atingido o limite de idade no serviço efetivo, o General Câmara Pina deixou o seu cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), tornando-se no primeiro diretor do IAEDN. A sua vaga experiência nas Forças Armadas, tanto em território nacional como no estrangeiro, e a sua relação com diversas personalidades no setor civil e militar encaixavam perfeitamente na ideia central do Instituto, contribuindo para o desenvolvimento de uma instituição multidisciplinar, que teria como missão “[...] tornar mais portugueses os portugueses.” e estudar no “[...] corpo vivo da Nação Portuguesa” (Rodrigues, 1987: 31).

Como nunca tinha havido modelo de instituição semelhante em Portugal, o IAEDN informou-se junto de outras instituições do género já existentes no estrangeiro, fazendo visitas de estudo, de forma a aprender e a inspirar-se, mas também aproveitando a oportunidade para divulgar o Instituto junto de outros países (*idem*: 31; Alves, 2014: 13).

“[...] disseminar [...] a consciência da necessidade de adoptar o conceito integrado de Defesa Nacional” (Santos, 2006: 5) era uma prioridade, e para isso foram definidos os dois métodos que estariam na base de todos os produtos do IAEDN: o estudo interdisciplinar e a investigação (Pina, 1987: 42). Por causa desta interdisciplinaridade e interligação entre os vários setores, as ciências sociais ganharam nesta altura uma nova importância, passando a ser vistas como complementares às então reputadas ciências exatas e ciências militares, na elaboração e implementação de uma estratégia de defesa e de segurança nacional.

A materialização destas vontades e destes objetivos foi obtida através das inúmeras atividades que o IAEDN desenvolveu. Em 1969 o Instituto organizou “[...] estudos diversos sobre aspetos nacionais e internacionais de interesse para a Defesa Nacional e conferências sobre temas com o mesmo objectivo conduzidas por entidades nacionais e estrangeiras” (Alves, 2014: 13). A partir dos finais de 1971, o Instituto organizou Cursos de Estado-Maior de Interforças, tendo como participantes oficiais dos três ramos das Forças Armadas; e nos anos de 1972 e de 1973 tiveram lugar os primeiros Cursos de Defesa Nacional, que integraram militares e civis (Rodrigues, 1987: 32). A organização de conferências e seminários tornou-se habitual, abrindo espaço para o

debate; e a parceria com outras organizações de investigação e de ensino, tanto em território nacional como internacional, ajudaram à promoção de troca de conhecimento e ao alargamento e normatização dos conceitos multidisciplinares de segurança e defesa nacional (Pina, 1987: 39 - 40).

Com um reconhecimento e prestígio crescentes, o IAEDN foi ganhando relevância nas áreas em que atuava. As responsabilidades a nível interno prendiam-se com a produção de conhecimento e a transmissão do mesmo ao Ministério da Defesa Nacional, que o poderia aplicar a nível político, tendo efeitos nacionais. O facto de o General Câmara Pina ser diretor, uma personalidade respeitada em diversos círculos, fez com que assuntos que normalmente eram dirigidos aos Ministérios da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros passassem também pelo IAEDN. Desta forma, a reputação do Instituto era cada vez mais notória a vários níveis: académico, estatal e institucional. Através das parcerias e dos elos criados com outras instituições do mesmo género no estrangeiro; da colaboração de entidades externas em eventos organizados pelo IAEDN; e da produção de doutrina que, direta ou indiretamente, chegava às organizações internacionais nas quais Portugal era um Estado-membro, o IAEDN foi ganhando importância em território nacional, mas também no espaço internacional.

O Instituto nasceu, portanto, de uma necessidade de difundir um conceito de defesa nacional integrado, tendo como imprescindível a colaboração entre o setor militar e o setor civil. Para tal, a interdisciplinaridade era o elemento base para todos os trabalhos desenvolvidos naquela instituição, ela própria multidisciplinar. Ambicionava “[...] ser um elemento útil na política do País”, tendo como campo de ação a política, “[...] querendo [...] afirmar, tornar firmes, as mentalidades” (Pina, 1987: 43).

2.1.2. Instituto da Defesa Nacional

Apesar do seu relativo sucesso e desenvolvimento, o IAEDN viu as suas atividades serem suspensas no dia 20 de novembro de 1974, através do Decreto-Lei n.º 635/74². De facto, Portugal atravessava um período conturbado na sua história e foi decidido na altura que as atividades e cursos que o IAEDN organizava eram incompatíveis com a conjuntura que o país atravessava (Decreto-Lei n.º 635/74). No

² Disponível em: <https://dre.pt/application/file/466103>.

entanto, passado um ano, com a implementação do regime democrático, surgiram as primeiras discussões sobre uma possível retoma de atividades.

A 30 de dezembro de 1975, o General Lopes dos Santos foi nomeado diretor do Centro de Estudos Militares e recebeu uma diretiva da parte do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), atribuindo ao Centro a responsabilidade de criar um instituto sucessor ao IAEDN (Silva, 1987: 108). Através dos esforços do General Lopes dos Santos e do General Ramalho Eanes, que presidia o Conselho da Revolução, foi possível, no dia 12 de julho de 1976, criar o Instituto da Defesa Nacional (IDN) “[...] na dependência do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas” (Decreto-Lei n.º 550-D/76³, art. 1.º; Vieira, 2014: 25), e desta forma dar “[...] continuidade aos trabalhos interrompidos do IAEDN” (Santos, 2006: 5).

A criação e manutenção do IDN não foi tarefa fácil, pois muitos “[...] se opuseram à (sua) modernização estrutural e conceptual [...]” (*idem*), tal como aconteceu no início com o IAEDN. Mais tarde, num país mais calmo e estruturado, é publicada a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA) n.º 29/82⁴, e o Decreto-Lei n.º 46/88⁵ de 11 de fevereiro de 1988, que atribuiu ao Ministério da Defesa Nacional novas funções e responsabilidades, entre elas a tutela do IDN.

As funções do IDN eram homólogas às do IAEDN, tendo o principal objetivo sido mantido: “[...] reunir militares e civis responsáveis pelos problemas de defesa, ou a eles de qualquer forma ligados, promovendo assim a necessária aproximação entre os dois setores da vida nacional e um melhor conhecimento e compreensão dos problemas mútuos e dos seus condicionamentos” (Vieira, 2014: 26), tornando o Instituto “[...] responsável pelo estudo, investigação e divulgação ao mais alto nível dos problemas da defesa nacional com vista ao exercício de actividades pedagógicas de esclarecimento e de sensibilização” (Decreto-Lei n.º 46/88, art. 13.º). De entre essas primeiras atividades, podemos destacar os diversos seminários que o IDN organizou entre 1979 e 1982, que tiveram como temáticas o conceito de defesa nacional, a energia e a defesa nacional, a indústria e a defesa ou a educação e a defesa nacional (Ferreira, 2001: 21).

Como foi referido, muitas atividades foram herdadas do legado do IAEDN, como por exemplo os seminários, as conferências e os colóquios, a publicação da revista “Nação

³ Disponível em: <https://dre.pt/application/file/181688>.

⁴ Disponível em: <https://dre.pt/application/file/379393>.

⁵ Disponível em: <https://dre.pt/application/file/283067>.

e Defesa” e “[...] o primeiro Estágio Interforças para os futuros oficiais gerais dos três ramos das Forças Armadas” (Vieira, 2001: 26-29).

Como a divulgação e internacionalização do IDN permaneciam fatores importantes, foram-se desenvolvendo contactos com outros institutos de defesa e centros de investigação a nível nacional e no estrangeiro, incentivando a mobilização de conferencistas e participantes das diversas atividades, de forma a fomentar o debate e a troca de ideias. Nesta linha, o IDN conduziu, no início da década de 80, um estudo intitulado “O País que Somos”, que pretendia determinar as potencialidades e vulnerabilidades de Portugal na área da defesa, fazer propostas adequadas a cada setor, com o objetivo de tornar o estudo num projeto nacional plurisectorial (*idem*: 22).

O Curso de Defesa Nacional permaneceu o curso-chave, tendo como público alvo pessoas com elevados cargos, tanto na esfera civil como militar, no setor público e no setor privado. A integração de auditores e convidados civis ao longo dos anos e o alargamento do seu universo, incluindo militares oriundos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), abriu portas à crescente consagração e prestígio do curso, mantendo-se até hoje com elevado sucesso (Vieira, 2014: 27).

Frutos dos debates, dos cursos e da investigação realizadas no IDN são as definições dos conceitos de “segurança nacional” e de “defesa nacional”, que permanecem atuais, apesar de décadas de existência:

- Segurança nacional: “A condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda coletiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas” (Cardoso, 1981: 23).

- Defesa nacional: “O conjunto de medidas, tanto de carácter militar como político, social e cultural que, adequadamente integradas e coordenadas, e desenvolvidas global e sectorialmente, permitem reforçar as potencialidades da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torna-la apta para enfrentar todos os tipos de ameaças que, direta ou indiretamente, possam pôr em causa a Segurança Nacional” (*idem*).

A inclusão do trabalho realizado pelo Instituto na legislação nacional, como a definição dos conceitos acima referidos, a adoção dos mesmos por instâncias políticas, o

reconhecimento do IDN como órgão especializado em assuntos de defesa nacional pelo Ministério da Defesa Nacional, e a aprovação do primeiro Conceito Estratégico de Defesa Nacional foram resultados de um período inicial muito produtivo do IDN. No entanto, o período que se seguiu foi caracterizado por algum retrocesso, pois o profundo e qualificado trabalho desenvolvido pelo IDN não teve o aproveitamento institucional desejado (Santos, 2006: 8-11).

Apesar da sua atribulada e frágil criação, o IDN foi, assim, conseguindo afirmar-se na sociedade portuguesa, abrindo-se ao público militar e civil, tentando colaborar com os diversos setores, de forma a “[...] contribuir para a produção de uma cultura estratégica” (*idem*: 7).

“[...] quando se deu nova vida ao Instituto da Defesa Nacional, (colmatou-se) assim uma lacuna na intercomunicação entre alguns dos agentes mais interessados em contribuir para um pensamento estratégico sobre o futuro de Portugal. Este foi o grande serviço que o IDN prestou à difusão e à elaboração de quadros analíticos sobre questões de estratégia e de defesa” (Ferreira, 2001: 21).

2.2. O Instituto da Defesa Nacional em 2016

2.2.1. Estrutura orgânica institucional

O Ministério da Defesa Nacional sempre teve um papel crucial na organização, quer do IAEDN, quer no IDN. Como foi referido anteriormente, devido a constrangimentos e mudanças políticas, por um breve momento o IDN ficou sob a dependência do CEMGFA, mas rapidamente voltou ao seu enquadramento jurídico “normal”, tutelado pelo Ministério da Defesa Nacional, mantendo-se assim até ao momento.

O IDN é, por isso, um órgão integrante do Ministério, sendo um serviço de administração direta do Estado. Apesar da sua tutela, o Instituto possui autonomia

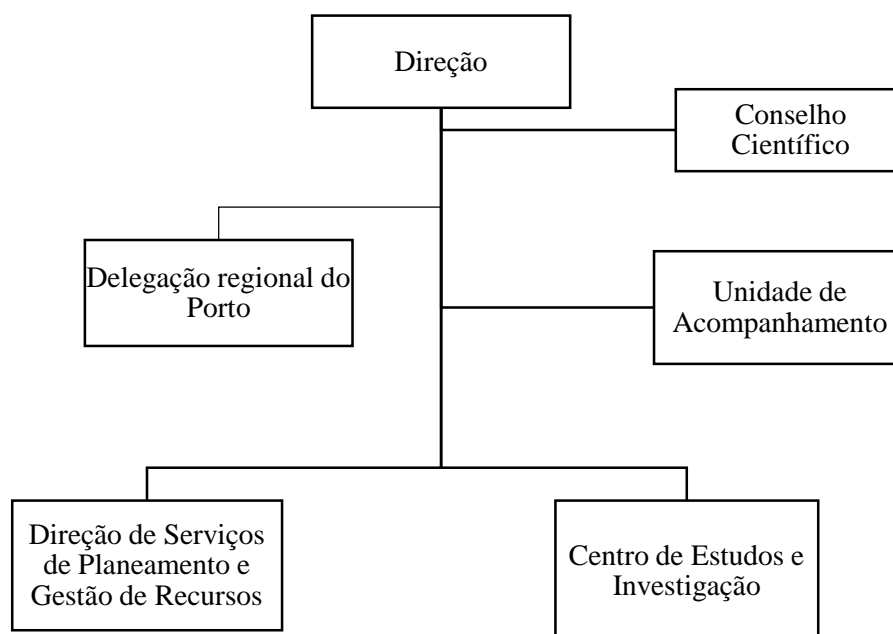


Figura 1: Estrutura do IDN (Instituto da Defesa Nacional, 2014a: 16)

administrativa, científica e pedagógica, referida no artigo 1.º do Decreto-Regulamentar n.º 41/2012⁶, de 16 de maio de 2012. A sua sede situa-se em Lisboa, na Calçada das Necessidades n.º 5, e tem uma delegação regional no Porto. A Figura 1 apresenta a estrutura atual do IDN.

O diretor-geral do IDN é, desde 2010, o Major-General Vítor Rodrigues Viana, que tem como funções “[...] dirigir e orientar a ação dos órgãos e serviços do IDN [...]” (Decreto-Regulamentar n.º 41/2012, art. 4.º).

Da Direção dependem o Conselho Científico, a Unidade de Acompanhamento, a Delegação regional, a Direção de Serviços de Planeamento e Gestão de Recursos e o Centro de Estudos e Investigação. O Conselho Científico é um órgão consultivo, que tem como função auxiliar o diretor-geral, e mais especificamente, “[...] pronunciar-se sobre: a) os projetos de investigação científica [...]; b) as linhas gerais de orientação estratégica do IDN; c) as questões de natureza pedagógica, científica e cultural” (Decreto-Regulamentar n.º 41/2012, art. 5.º/3). A Unidade de Acompanhamento é um órgão de avaliação e aconselhamento interno, que tem como principal função analisar o

⁶ Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/media/596215/idn_decretoregulamentar.pdf.

funcionamento do Instituto (*idem*, art. 6.º). O Centro de Estudos e Investigação, como o nome indica, é o organismo responsável pelo desenvolvimento dos estudos e projetos de investigação do Instituto, e tem como diretora a Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes. O Centro é constituído por uma equipa multidisciplinar, que abrange civis e militares, e visa contribuir para uma investigação mais profunda e abrangente, e incluir diversas perspetivas nas áreas da segurança e da defesa (Instituto da Defesa Nacional, 2014a: 15-16; Instituto da Defesa Nacional, s.d.a).

2.2.2. Missão, visão, valores e prioridades

A principal missão do IDN encontra-se definida no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 183/2014⁷ e no artigo 1.º do Decreto-Regulamentar n.º 41/2012 e consiste no “[...] apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação das questões de segurança e defesa”.

Como visão, o Instituto pretende “constituir-se como o principal centro português de pensamento estratégico sobre questões de segurança e defesa nacional, através das suas atividades de investigação, formação, debate, divulgação e produção doutrinária; contribuir para o desenvolvimento de uma consciência nacional de segurança e defesa, constituindo-se como plataforma de encontro entre as instituições de segurança e defesa nacional e a sociedade” (Instituto da Defesa Nacional, s.d.a; Instituto da Defesa Nacional, 2014a: 25). Para cumprir a sua missão, o IDN guia-se por determinados valores que adjuvam o alcance de objetivos. O Instituto pretende estimular a autonomia de investigação, a sua diversidade, incentivar o diálogo e participação de diversos atores da sociedade portuguesa, tornando-se cada vez mais num centro de excelência no que diz respeito ao pensamento estratégico nas áreas da segurança e da defesa (Instituto da Defesa Nacional, 2014a: 25-26).

Sendo as áreas da segurança e defesa muito abrangentes, e tendo o Instituto determinados recursos, é necessária uma estratégia eficaz que vise o alcance dos objetivos traçados, tirando o maior partido dos recursos disponíveis. Para tal, o IDN tem como

⁷ Disponível em: <http://www.emgfa.pt/documents/5gms14pjb0v9.pdf>

prioridades quatro eixos: a investigação, a educação e formação, a sensibilização e divulgação e a cooperação internacional.

É a partir destes quatro eixos prioritários que o IDN desenvolve as suas atividades, estabelecendo os seguintes objetivos estratégicos (*idem*: 36):

- estabelecer-se como um/o centro de produção de pensamento estratégico e de formação nas áreas acima referidas;
- ser um centro de investigação e de estudo nas questões securitárias e de defesa, e divulgar essa investigação;
- constituir-se como uma plataforma de encontro entre diversas instituições congéneres ou não, como universidades ou centros de investigação, tanto da sociedade civil como do setor militar;
- fomentar a cooperação ao nível nacional e ao nível internacional.

Todas as atividades do Instituto vão ao encontro de um ou mais destes objetivos, dependendo de qual a área em que se integram, como iremos constatar de seguida.

2.2.3. Atividades e serviços prestados

2.2.3.1. Investigação

“Na investigação, sistematizando, divulgando e partilhando resultados e reflexões” (*idem*: 6).

As linhas de investigação do IDN vão ao encontro do que o Instituto e o Ministério da Defesa Nacional acham mais relevante nas áreas da segurança e da defesa, de acordo com as conjunturas nacional e internacional. Por essa razão, neste momento estão definidas como áreas de interesse a política e segurança internacional, as relações transatlânticas, a política de segurança e defesa europeia, a segurança e desenvolvimento em África, a estratégia nacional de segurança e defesa, a cultura de segurança e cidadania, o Brasil e o Atlântico sul e o mar e o interesse nacional (Instituto da Defesa Nacional, s.d.a). Estas são as grandes linhas diretrizes na área da investigação do Instituto, que normalmente se materializam em estudos, publicações, seminários nacionais e internacionais, debates, mesas redondas ou grupos de estudo.

Os grupos de estudo estão divididos por temas, e têm normalmente um investigador ou assessor responsável. Funcionam por reuniões periódicas nas instalações do IDN em Lisboa, no auditório 2, e são convidadas entidades governamentais e militares, que enviam um ou mais representantes, e outras figuras de relevo, que tenham interesse e que trabalhem na área em causa. Neste momento, o Instituto possui os seguintes grupos de estudo: “Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia”; “Norte de África e Médio Oriente”; “Segurança Energética”; “Estratégia Nacional de Segurança e Defesa”; “Cibersegurança e Estratégia Nacional de Informação” e “Participação Portuguesa nas missões de paz”.

A investigação é também um elemento essencial para o apoio à tomada de decisão e para o estabelecimento de políticas a médio prazo, dando os seus contributos, sempre que necessários, ao Ministério da Defesa Nacional, através da produção de *policy papers* e *working papers*, e, a nível mais autónomo, da publicação pelo IDN dos diversos resultados das investigações em curso (Instituto da Defesa Nacional, s.d.b). Para que a investigação seja crescentemente prestigiada, a colaboração e parceria com outros centros de investigação, universidades e *think tanks*, quer a nível nacional, quer no estrangeiro, é fundamental.

A área da investigação é constituída pelos projetos que os investigadores e assessores do IDN conduzem, assim como pelos grupos de estudo e mesas redondas. Todas estas atividades e os produtos que delas nascem, como as publicações ou os *papers* governamentais, contribuem para a discussão de temas que são importantes para o Estado português, mas também para a população, seja nacional ou estrangeira. As parcerias com outros institutos e com as universidades fazem com que a investigação seja cada vez mais elaborada e profunda, com variados contributos, alargando a difusão de informação por um espetro maior de pessoas.

2.2.3.2. Educação e formação

“Na formação, procurando consolidar públicos, servir novos sectores e inovar conteúdos” (Instituto da Defesa Nacional, 2014a: 5).

As principais atividades desenvolvidas nas áreas da educação e da formação são os cursos, as ações de formação e as pós-graduações, que se pretendem o mais diversificadas possível, de forma a ir ao encontro dos interesses dos diferentes públicos.

O mais antigo e mais característico curso do Instituto é o Curso de Defesa Nacional, que no ano letivo de 2015/2016 teve a sua 40.^a edição, e já está prevista a 41.^a edição para o próximo ano letivo. Como este é um curso muito direcionado para a conjuntura nacional e internacional, e com várias edições contadas, o IDN sentiu a necessidade de criar o Curso de Atualização de Auditores do Curso de Defesa Nacional.

Para além deste prestigiado curso, o Instituto também é responsável por cursos mais direcionados para um determinado público, como o Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas, o Seminário de Segurança e Defesa para Juventudes Partidárias e o Curso de Defesa para Jovens. Também constam na lista o Curso de Formação de Formadores dos Cursos de Voluntários da Defesa e o Curso de Informações e Democracia.

Com vista a difundir informação e conhecimento e desenvolver uma cultura estratégica por todo o território nacional, o IDN organiza o Curso Intensivo de Segurança e Defesa, que, todos os anos, é intercalado entre a Região Autónoma da Madeira e a Região Autónoma dos Açores. O Curso de Gestão Civil de Crises é também um curso muito procurado e conceituado, tanto a nível nacional como a nível internacional. Um mais recente, e que também tem vindo a ter muita adesão por parte do público é o Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço, que ao tratar de um tema muito atual e ainda relativamente pouco estudado, tem conseguido apelar ao interesse de diversas faixas da sociedade.

No início de 2016, o IDN promoveu a primeira Ação de Formação para a Segurança, Defesa e Paz, destinada a professores do ensino básico e secundário. Embora esta tenha sido a primeira edição, foi organizado em anos passados o Curso de Cidadania e Segurança, também com o mesmo público-alvo e com características semelhantes.

Outra estreia no ano letivo 2015/2016 foi o Curso de Análise Estratégica, Geoeconomia e Prospetiva, um curso de estudos avançados, e a Pós-graduação em Políticas Públicas de Segurança e Defesa, que resulta de uma parceria entre o IDN e o ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa (Instituto da Defesa Nacional, s.d.a). A Pós-Graduação em Estudos Estratégicos e de Segurança já está na sua 5.^a edição, e resulta de uma parceria entre o Instituto e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da

Universidade de Lisboa. O IDN também organiza, conjuntamente com a *Information Management School*, da mesma universidade, e com o Serviço de Informações da República Portuguesa, a Pós-graduação em Gestão de Informações e Segurança (*idem*).

A parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa originou a Pós-Graduação em Direito da Defesa Nacional, que caminha para a sua 2.^a edição (*idem*), e está ainda prevista, para outubro de 2016, a realização da Pós-graduação em Relações Internacionais da Ásia Contemporânea, em colaboração com a Universidade Autónoma de Lisboa (*idem*).

A educação e a formação são aspetos importantes para o Instituto, que tem vindo a investir de forma regular em cursos especializados e em pós-graduações exclusivas a nível nacional. As parcerias com as instituições do ensino superior portuguesas resultam numa oferta variada em cursos, enquanto que as parcerias com outros organismos internacionais permitem a participação de oradores estrangeiros nos cursos, dando mais prestígio e diferentes pontos de vista ao debate e aos trabalhos realizados.

2.2.3.3. Sensibilização e divulgação

“Na sensibilização da cidadania para os valores de segurança e defesa, também nos teremos de continuar a inovar” (Instituto da Defesa Nacional, 2014a: 7).

Tendo por objetivo contribuir para uma cultura estratégica portuguesa, o IDN promove diversos eventos com o intuito de sensibilizar a sociedade civil e divulgar a investigação que tem sido feita nas áreas das relações internacionais, mais precisamente na vertente da segurança e da defesa. Estas ações de sensibilização e divulgação incluem a organização de seminários, conferências e debates em diversos pontos do país e em diferentes instituições, visando a descentralização e a difusão de conhecimento por todo o território nacional.

A intenção é fazer com que os diversos eventos, abertos ao público, sejam vistos como uma oportunidade de criar relações entre o civil e o militar, promovendo a troca de ideias, e incentivando a que o pensamento estratégico seja o mais intersectorial e multidisciplinar possível.

O IDN organiza, durante o ano, diversos seminários e conferências que vão ao encontro dos grandes temas e dos objetivos estratégicos definidos anteriormente. No entanto, o IDN também tem como objetivo atrair um público mais jovem, um público universitário que dá grande importância aos assuntos mais mediatizados. Frente a estas exigências, o IDN também se tem mostrado capaz de organizar seminários com temas mais específicos e atuais, como foi o seminário sobre a “União Europeia e a crise dos refugiados” (19 de outubro de 2015) e o seminário sobre “A ameaça terrorista e a segurança europeia” (29 de fevereiro de 2016).

Quanto às suas regras no decorrer das suas atividades e eventos, podem resumir-se às seguintes:

- “Tudo pode ser discutido, comentado ou criticado, desde que com elevação e recta intenção, e desde que não se ataquem as instituições democráticas ou pessoas ausentes ou os objectivos constitucionais da Defesa Nacional.

- As intervenções de membros dos órgãos de soberania são sempre *off record*, a não ser que aqueles assumam expressamente uma posição contrária.

- O que se discute em espaços reservados “morre” ao transporem-se as portas da saída, a não ser que a Direcção assuma posição contrária. Não há fugas de informação” (Couto, 2001: 32).

Para além dos universitários ou dos quadros superiores de entidades estatais e privadas, o IDN quer também sensibilizar os mais novos para as questões de segurança e defesa. É neste contexto que foi estabelecido, em 2012, um protocolo entre o Ministério da Educação e da Ciência e o Ministério da Defesa Nacional, com o intuito de promover valores relacionados com a segurança e a defesa nacional junto dos ensinos básico e secundário. Deste protocolo de cooperação nasceu, em 2014, o “Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz”, e mais tarde, o *e-book* intitulado “Documento de Apoio ao Referencial para o tema D: As Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança – O Quadro Institucional, Organização e Missões”, que visam ser ferramentas na integração destas temáticas nos programas dos vários ciclos (Duarte, 2016).

As publicações do IDN, brevemente referidas anteriormente, são o produto de divulgação final dos trabalhos conduzidos nas áreas da segurança e da defesa. A revista “Nação e Defesa” (Figura 2) é a mais antiga e conta com diversos artigos publicados em várias línguas, que visam acompanhar a evolução no campo da segurança, da defesa e da

estratégia, tanto a nível nacional como internacional (Instituto da Defesa Nacional, s.d.b). A coleção *Atena* (Figura 3) foi publicada pela primeira vez em 1998, e constitui “[...] um espaço de reflexão e debate plural sobre o campo teórico das relações internacionais, estratégia, segurança e defesa.” (*idem*). Os “IDN Cadernos” (Figura 4) são publicações dos trabalhos de investigação promovidos pelo próprio Instituto, enquanto que o “IDN Brief” (Figura 5) tem uma dimensão menor e é apenas uma publicação online, que consiste na divulgação de pequenos artigos de opinião (*idem*).



Figura 2: Nação e Defesa n.º 137 (Instituto da Defesa Nacional, 2014b)

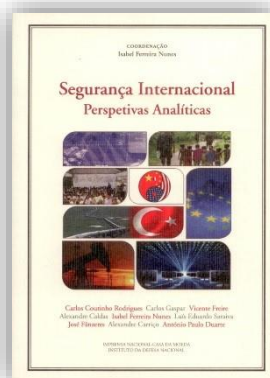


Figura 3: Coleção Atena n.º 30 (Instituto da Defesa Nacional, 2013)



Figura 4: IDN Cadernos n.º 5 (Instituto da Defesa Nacional, 2011)



Figura 5: IDN Brief (Instituto da Defesa Nacional, 2016)

A sensibilização da população portuguesa para as questões de segurança e defesa tem sido um objetivo constante na história do Instituto. Para tal, a organização de eventos com variados temas, capazes de atrair vários espectros da sociedade são uma ferramenta que tem vindo a provar-se eficaz. Desses debates surgem novos projetos, com o intuito de alargar a ação do IDN a vários pontos do país, mas também de alargar a sua rede de parceiros, indispensáveis à conduta e sucesso dessas novas atividades. Para além disso, como centro de investigação, o IDN mantém as suas publicações de variadas estruturas, que vão ao encontro dos interesses do público e da conjuntura nacional e internacional.

2.2.3.4. Cooperação internacional

“Na cooperação internacional, reforçando a inserção internacional do Instituto” (Instituto da Defesa Nacional, 2014a: 10).

A cooperação com institutos congéneres e o reconhecimento do IDN no estrangeiro sempre foi uma prioridade, desde os seus tempos enquanto IAEDN.

O século XXI tem sido caracterizado por um mundo globalizado, um mundo onde Portugal integra organizações internacionais como a UE, a NATO, as Nações Unidas ou a CPLP. As questões de segurança e defesa passam cada vez mais por soluções políticas e harmonizadas a nível regional, ou até mesmo a nível mundial, e é nesta perspetiva que o IDN considera essencial a cooperação, a colaboração, as parcerias. Como já foi referido, o Instituto estabeleceu ao longo dos anos diversos protocolos com várias faculdades e centros de investigação portugueses, mas a sua ambição não se limita ao território nacional. A cooperação internacional constitui uma oportunidade de aprofundar a investigação, aumentado a visibilidade do IDN, tanto em Portugal como em outros países, ou no seio de outras instituições que também se dediquem à estratégia, à segurança e à defesa.

“O IDN privilegia a relação com o mundo académico e da investigação, contando com 35 protocolos assinados com universidades, centros de investigação nacionais e instituições de segurança internacionais, visando o desenvolvimento da investigação e da cooperação com parceiros externos” (Instituto da Defesa Nacional, s.d.a). No que diz respeito às parcerias internacionais, o IDN colabora atualmente na Europa com o Colégio Europeu de Segurança e Defesa da União Europeia, sediado em Bruxelas, e com o *Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional de España*. A nível global destacam-se as parcerias com a Associação dos Colégios de Defesa Ibero-Americanos, da qual a Academia Militar portuguesa também faz parte, e com o Colégio de Defesa da NATO (*idem*).

Estes protocolos permitem a ligação do IDN com uma rede alargada de contactos em diversas áreas geográficas, mas também especialistas nas mais variadas vertentes da segurança e da defesa, promovendo a troca de conhecimento e de experiências. A cooperação internacional é sempre uma mais-valia, tanto a nível interno, pois a investigação torna-se mais variada, como a nível externo, onde a inserção internacional do IDN se vai tornando cada vez mais profunda e mais prestigiante, dando o seu contributo ao pensamento estratégico nas áreas da defesa e segurança.

3. Estágio

Neste capítulo irão ser descritas as atividades e os projetos que a estagiária desenvolveu ao longo do seu estágio no IDN, que ocorreu de 28 de setembro de 2015 a 08 de abril de 2016.

Este estágio resulta do protocolo entre o Instituto e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa. Como estudante de Relações Internacionais, a estagiária queria que o Mestrado tivesse uma componente mais prática, razão pela qual optou por elaborar um relatório de estágio, conciliando uma experiência profissional e a aplicação de conhecimentos adquiridos anteriormente, com a obtenção do grau de mestre.

Houve três tipos de atividades que foram constantes e abundantes ao longo do estágio: as conferências e os seminários, os grupos de estudo e as mesas redondas e os cursos. De uma maneira geral, foram desenvolvidas funções no âmbito das relações públicas, como a receção de convidados, o esclarecimento e encaminhamento do público, e o acompanhamento no transporte de alguns oradores. Outras responsabilidades incluíram o auxílio na supervisão e distribuição de conteúdos de divulgação, a organização de sínteses curriculares, a requisição de meios de transporte e a alocação de alguns eventos.

Por ter sido um estágio com uma duração prolongada, a estagiária teve a possibilidade, frequentemente, de acompanhar diversos projetos, desde a sua criação até à sua execução, permitindo-lhe ter um papel ativo nas várias fases e executar diversas tarefas. A Tabela 1 (consultar Anexo) é um quadro-resumo das principais atividades que a estagiária executou, e que serão desenvolvidas ao longo dos próximos subcapítulos.

3.1. Conferências e seminários

O IDN organiza, anualmente, diversas conferências e seminários, nacionais e internacionais, resultantes das linhas de investigação e dos temas que foram definidos como prioritários para a Nação. Estes espaços de debate e de aprendizagem, abertos ao público, permitem uma difusão de conhecimento, uma troca de ideias entre especialistas

e interessados, e ajudam na sensibilização e na criação de uma cultura estratégica de segurança e defesa na sociedade civil portuguesa.

A estagiária participou e ajudou na organização de uma conferência internacional, dois seminários nacionais e seis internacionais, onde foram abordados temas como a Primeira Guerra Mundial ou os BRICS, passando por assuntos mais atuais, como o terrorismo, a crise dos refugiados ou a *comprehensive approach*.

Nos subcapítulos seguintes serão tratados, individualmente, a conferência e os seminários em que a estagiária participou e desenvolveu atividades.

3.1.1. “Hitler and the First World War”

No dia 29 de setembro de 2015, entre as 11h15 e as 13h00, teve lugar no IDN a conferência “*Hitler and the First World War*”, proferida pelo Professor Doutor Brendan Simms. Esta conferência foi a quarta sessão do ciclo de conferências intitulado “Portugal na Grande Guerra”. As três sessões anteriores realizaram-se no mesmo ano, nos dias 28 de janeiro, 11 de fevereiro e 23 de abril.

Este ciclo de conferências faz parte de um projeto de investigação que o IDN, em parceria com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e com o Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC-UNL) conduzem, com o apoio da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da Primeira Guerra Mundial. Intitulado “Pensar estrategicamente Portugal: a inserção internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial”, este projeto de investigação teve início em 2014 e tem uma duração prevista de quatro anos.

De uma forma geral, o projeto pretende perceber qual era a situação político-estratégica de Portugal no início do século XX e quais as razões que levaram o país a ser um ator interveniente nesta guerra. Ao contribuir para a investigação sobre o papel do país desde a Primeira Guerra Mundial até aos dias de hoje, este projeto poderá ajudar a perceber alguns elementos relativos à situação geopolítica portuguesa atual (Portugal na Grande Guerra, 2013). Desta forma, a investigação coloca uma questão que também diz respeito ao Estado português contemporâneo, tentando perceber qual o papel dos pequenos e médios Estados nos conflitos e guerras internacionais do século XXI.

A quarta sessão do ciclo de conferências teve como coordenador o Professor Doutor António Paulo Duarte, e ocorreu no segundo dia no IDN, tendo sido a primeira atividade na qual a estagiária participou, e por essa razão as tarefas desenvolvidas não foram muitas, tendo sido mais uma observadora.

Empenhado em sensibilizar a camada mais jovem da sociedade, o Instituto convidou alguns alunos do 12.º ano da escola de *St Julian's* a assistir à conferência, na qual se demonstraram interessados e muito participativos, contribuindo para o período de questões e debate.

3.1.2. “A União Europeia e a crise dos refugiados”

No dia 19 de outubro de 2015, o IDN e o Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa (IPRI-UNL) organizaram um seminário intitulado “A União Europeia e a crise dos refugiados”. Este evento decorreu entre as 14h45 e as 19h00, tendo como coordenador o Coronel Alberto Marinheiro, e visava “[...] promover um debate aberto e plural sobre o que entende constituir um dos maiores desafios à União Europeia, na atualidade” (Instituto da Defesa Nacional, 2015).

A conferência de abertura foi proferida pelo Doutor António Vitorino; o primeiro painel – A União Europeia e a crise dos refugiados – teve como oradores a Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes, o senhor Embaixador Ulrich Bradenburg e o Doutor Pedro Costa Pereira; e o último painel – As guerras civis na Síria, no Iraque e na Líbia – contou com as exposições da Professora Doutora Ana Santos Pinto, do Professor Doutor Daniel Pinéu e do Doutor Bernardo Pires de Lima.

Foram convidados pelo IDN os alunos da licenciatura em Relações Internacionais da Universidade de Coimbra e alunos das escolas secundárias da Pontinha e Josefa de Óbidos. Ao chegarem, todos os alunos receberam material de divulgação, ouviram um *briefing* sobre as funções do Instituto e receberam uma pequena visita guiada pelas suas instalações. Para além destes estudantes, e sendo o tema dos refugiados muito atual e muito mediatizado pelos órgãos de comunicação, a adesão ao evento foi imensa, tendo sido necessárias algumas medidas extraordinárias.

A estagiária teve como funções preparar as sínteses curriculares dos oradores, de forma a serem disponibilizadas nas capas e entregues aos participantes, oradores e moderadores no dia do seminário; auxiliar as Relações Públicas na receção e registo dos participantes; acompanhar os alunos e respetivos professores da escola da Pontinha, disponibilizando-se para esclarecer qualquer dúvida e encaminhando-os ao longo do dia; e, durante as conferências, ajudar no período de debate, recolhendo questões dos participantes.

A atualidade do tema permitiu uma grande adesão ao evento, tanto por parte de organismos institucionais, nacionais e estrangeiros, como por parte de investigadores e estudantes. Ao convidar alunos de escolas secundárias, o IDN conseguiu, mais uma vez, sensibilizar uma camada mais jovem para um assunto relacionado com a segurança e a defesa, demonstrando através das apresentações dos diversos oradores que a crise dos refugiados é um problema que começou fora das fronteiras europeias, mas que não deixa de ser um problema europeu.

3.1.3. “*India’s Foreign Policy and Strategic Culture*”

O seminário internacional “*India’s Foreign Policy and Strategic Culture*” foi o primeiro do ciclo de seminários “Os BRICS e a ordem internacional”. Este ciclo de seminários tem por objetivo debater qual é o papel, no século XXI, destas potências emergentes – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – na ordem internacional.

O seminário internacional relativo à Índia resultou de uma parceria entre o IDN e a Embaixada da Índia em Portugal. Ocorreu no dia 24 de novembro de 2015, entre as 09h30 e as 13h15, tendo como coordenador o Tenente-Coronel Manuel Carriço. Foi constituído por uma conferência de abertura, proferida pelo senhor Embaixador Jitendra Nath Misra; um painel sobre a política externa da Índia, que contou com a participação da Doutora Diana Soller e do Doutor Constantino Xavier; e um último painel sobre a cultura estratégica indiana, que teve como oradores o Doutor Amalendu Misra, o Doutor Luís Tomé e o Doutor Francisco Galamas.

Deste seminário resultou o número 142 da revista “Nação e Defesa – Índia”, com artigos elaborados pelos oradores do evento, que exploraram, desta vez por escrito, os seus argumentos relativos à política externa e cultura estratégica indianas.

Como atividades relativas a este seminário, a estagiária ficou responsável pela alocação do evento, tendo ajudado o coordenador a escrever um guião, e auxiliou as Relações Públicas na receção e registo dos participantes. Importa referir que o IDN estabeleceu contacto com os alunos de Estudos Asiáticos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pois este seminário era uma boa oportunidade para fazer uma ponte entre as questões culturais (campo de estudos destes alunos) e as questões do domínio do IDN – a segurança e a defesa.

3.1.4. "O Brasil e a transição internacional"

O segundo seminário internacional integrado no ciclo de conferências “Os BRICS e a ordem internacional” teve como tema o Brasil. Foi mais um exemplo da parceria entre o Instituto e o IPRI-UNL, que teve lugar no dia 10 de dezembro de 2015, entre as 10h00 e as 18h30, tendo sido nomeado como coordenador desta atividade o Coronel Alberto Marinheiro.

A conferência de abertura foi proferida pelo senhor Embaixador Mário Vilalva, e o primeiro painel – A crise e a posição internacional do Brasil – contou com o senhor Embaixador Francisco Seixas da Costa, o Professor Doutor Alcides Costa Vaz e o Doutor Joaquim Cadete. A sessão da tarde teve como *keynote speaker* o Professor Doutor João Gomes Cravinho, seguido do painel – Os BRIC e a ordem internacional – que teve como oradores o senhor Embaixador Gélson Fonseca, a Professora Doutora Maria Raquel Freire e o Professor Doutor Luís Mah. O último painel – O Brasil, a América do Sul e o Atlântico Sul – contou com as apresentações do Professor Doutor António Jorge Ramalho, do Professor Doutor Guilherme Mattos de Abreu e do Professor Doutor Bruno Cardoso Reis.

Para além da estagiária ter assistido ao seminário, composto por especialistas nacionais e estrangeiros, também elaborou as sínteses biográficas dos oradores, para serem colocadas nos materiais de divulgação, e auxiliou as Relações Públicas na distribuição desses mesmos materiais e na receção e registo dos participantes.

3.1.5. “*Capacity building in Defense and Security: has it ever worked?*”

No dia 15 de dezembro de 2015, entre as 09h30 e as 13h00, ocorreu no IDN o seminário internacional “*Capacity building in Defense and Security: has it ever worked?*”, coordenado pelo Professor Doutor Bruno Cardoso Reis. O seminário tinha como objetivo debater a contribuição de *capacity building* nos casos de gestão de crises, quais as melhores formas de evitar operações armadas e como fortalecer o processo de *state-building* em zonas de risco.

Para enriquecer o debate, o seminário contou com a presença de três oradores, que expuseram casos práticos de *capacity building*, demonstrando factos e incentivando a discussão sobre a sua eficácia. O Professor Doutor David Ucko falou sobre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, num painel intitulado *The cases of Great-Britain and the United States*; o segundo painel – *The case of France in Mali, myths and realities* – contou com a exposição do Professor Doutor Tony Chafer; e, por fim, o Major-General Carlos Branco não falou sobre um país específico, mas sim sobre uma organização internacional – *The case of NATO* – sendo desta forma abordadas as perspetivas nacionais e multilaterais.

O evento contou ainda com a participação, via videoconferência, da delegação regional do IDN no Porto, da Universidade de Coimbra e da Universidade do Minho, no pólo de Braga.

A estagiária, em conjunto com as suas colegas, a Doutora Rita Vieira e a Doutora Sara Almeida, teve a oportunidade de co coordenar o evento, pois acompanhou o seu desenvolvimento do início ao fim. Contactou com os oradores via e-mail; preparou os materiais de divulgação, desde convites eletrónicos, convites impressos, a cartazes e capas; preparou as sínteses biográficas dos conferencistas; ajudou na elaboração do guião; acompanhou o Professor Doutor Tony Chafer na sua chegada e partida; e no dia do seminário auxiliou as Relações Públicas na receção e registo dos convidados.

Este evento permitiu à estagiária ter bastante autonomia, e desenvolver capacidades de organização de eventos, pois esteve responsável pelas tarefas de diversos setores – planeamento, relações públicas, coordenação – e acompanhou a evolução de todo o processo, desde a sua preparação à sua realização.

3.1.6. “*The European Union Global Strategy*”

O seminário internacional “*The European Union Global Strategy*” ocorreu no dia 01 de fevereiro de 2016, entre as 10h00 e as 17h30, e esteve sob a coordenação da Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes. Este evento resultou de uma parceria entre o IDN, o *European Security and Defence College* (ESDC), o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministério da Defesa Nacional e o *European Union Institute for Security Studies* (EUISS).

Com as mudanças que têm ocorrido nos últimos anos, tanto a nível interno (entenda-se a nível europeu) como a nível internacional, a UE tem visto os seus valores questionados e tem sido confrontada com novos desafios. O último documento estratégico da União data de 2003, e descrevia uma Europa próspera, livre e segura, aspetos que aparentam estar desatualizados se olharmos para a conjuntura atual. Com o aproximar do próximo Conselho Europeu, em junho de 2016, e com o desenvolvimento e escrita da Estratégia Global da UE (EGUE), o IDN decidiu, enquanto centro de investigação e de apoio à tomada de decisão, organizar uma série de eventos no qual se debateu esta nova estratégia e o futuro da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), no qual este seminário internacional se inseriu (Nunes, 2016).

A sessão de abertura contou com os discursos do Major-General Vítor Viana, diretor do IDN, do senhor Embaixador Rui Vinhas, representante português no Comité de Política e Segurança da UE, e do Professor Doutor José Azeredo Lopes, sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional.

O primeiro *keynote speech – the new Global Strategy of the European Union* – foi proferido pela Professora Doutora Nathalie Tocci, que descreveu o processo de elaboração da EGUE, assim como as suas prioridades. O primeiro painel – *EU’s Strategic Partnerships* – teve como oradores a Professora Doutora Cristina Barrios, a Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes, e o Doutor José Costa Pereira.

O período da tarde iniciou-se com o discurso do Doutor António Vitorino sobre *EU’s Foreign and Security Policy challenges*, que acabou a sua apresentação sugerindo três prioridades para a EGUE. O segundo painel – *The Middle East and North African Arc of crisis* – teve como oradores a Professora Doutora Florence Gaub, a Professora Doutora Claire Spencer, e a Professora Doutora Ana Santos Pinto. O último *keynote*

speech – Common Security and Defense Policy – the way ahead – teve como orador o Professor Doutor Thierry Tardy, que se focou na ponte que tem de ser estabelecida entre a PCSD e a EGUE.

O seminário contou com a presença de diversos embaixadores, representantes governamentais, elementos da imprensa, investigadores e estudantes, e com os adidos do Instituto Diplomático. O evento também pôde ser seguido no Porto, através de videoconferência.

A estagiária desenvolveu diversas tarefas neste evento. Numa fase inicial, ajudou a coordenadora a organizar o programa e estabeleceu contacto com os vários oradores. Foi mantendo-se em contacto com os mesmos, para receber ou enviar informação, como por exemplo as preferências de voo, enviar bilhetes de avião e confirmações de hotel. Ainda relacionado com a logística, a estagiária, com a ajuda da sua colega, a Doutora Adriana Marques, elaborou planos de transporte e tabelas com dados relevantes para a organização do evento e fez requisições de transporte e de tradução. Ficou responsável pelo acompanhamento de alguns oradores, auxiliou na escrita do guião e fez a alocação do seminário. Acompanhou todo o processo relacionado com os materiais de divulgação e auxiliou a coordenadora com pequenos imprevistos que surgiram durante as sessões. Teve ainda a possibilidade de aprender a lógica e protocolo por detrás da disposição das mesas de honra.

3.1.7. “*The EU Comprehensive Approach – an opportunity for better cooperation and impact*”

O seminário internacional “*The EU Comprehensive Approach – an opportunity for better cooperation and impact*” ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2015, entre as 09h45 e as 13h00. A coordenação ficou a cargo da Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes, e contou com a participação de cinco oradores, dois portugueses e três estrangeiros.

O conceito de “*comprehensive approach*” surgiu na reunião do Conselho Europeu em dezembro de 2013, onde a Alta Representante para a Política Externa e de Segurança da UE sugeriu que esta abordagem fosse, a partir daquele momento, o princípio e método de orientação no que diz respeito à ação externa europeia. A *comprehensive approach* consiste na utilização e projeção de todos os instrumentos e recursos da UE, sejam

militares, económicos, diplomáticos ou políticos, e aceitar a ideia de responsabilidade partilhada entre instituições e Estados-membros, em situações de crise ou de conflito. Mais uma vez, a EGUE aparece como um documento crucial para a adoção e normatização desta abordagem transversal, tentando enfatizar a sua importância no quadro da PCSD da UE.

É neste contexto que surgiu o seminário internacional, que tencionou tanto desenvolver o plano concetual, explicando quais os atores e regiões que estão envolvidos nesta abordagem, como suscitar um debate e troca de ideias.

O primeiro orador foi o Professor Doutor Lars-Erik Lundin, que fez uma introdução ao conceito e uma abordagem mais geral sobre o mesmo, procurando também explicar o que cabe sob o “guarda-chuva” da *comprehensive approach*. De seguida, a Professora Doutora Fernanda Faria apresentou os atores e zona de atuação desta abordagem transversal. O painel seguinte – *Comprehensive approach in the making* – contou com duas apresentações sobre contextos regionais, uma do Professor Doutor Damien Helly sobre a região do Sahel, e outra do Doutor José Costa Pereira sobre a região do Corno de África. Para concluir, o Professor Doutor Sven Biscop demonstrou a importância deste conceito, o seu futuro e possíveis consequências da sua integração na EGUE.

Participaram neste evento trinta estudantes de Relações Internacionais da Universidade Lusíada de Lisboa, os adidos do Instituto Diplomático, e foi disponibilizada videoconferência para o Porto. Quanto às atividades desenvolvidas, a estagiária colaborou, mais uma vez, com a Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes, tendo sido as suas funções semelhantes às do seminário anterior. Desde preparação de programas, contacto com os oradores, planeamento de deslocações, passando pela verificação dos materiais de divulgação, elaboração das sínteses biográficas dos conferencistas, preparação do guião e alocução do evento, a estagiária gozou de muita autonomia que lhe permitiu desenvolver capacidades na área da organização de eventos e contactar com especialistas da área da segurança e defesa.

3.1.8. “A ameaça terrorista e a segurança europeia”

No dia 29 de fevereiro de 2016, entre as 14h30 e as 19h00, ocorreu no IDN mais um seminário em parceria com o IPRI-UNL, intitulado “A ameaça terrorista e a segurança europeia”. Teve como coordenador o Coronel Alberto Marinheiro e contou com a participação de especialistas nacionais e internacionais. O terrorismo é hoje uma realidade europeia e por essa razão o IDN decidiu organizar um seminário sobre este tema.

A conferência de abertura ficou a cargo do senhor Embaixador Jean-François Blarel, seguindo-se o primeiro painel – A ameaça terrorista na Europa Ocidental – com a participação do Coronel Duarte Costa e do Doutor Bernardo Pires de Lima. O segundo painel – A guerra na Síria – teve como oradores a Professora Doutora Ana Santos Pinto e o Professor Doutor Bruno Cardoso Reis, finalizando-se o seminário com o Professor Doutor Fernando Reinares, numa conferência intitulada – Os atentados de Paris e a evolução da ameaça terrorista para a Europa.

Para este evento, o Instituto convidou cinquenta e um alunos da licenciatura de Relações Internacionais da Universidade da Beira Interior, e catorze estudantes do Instituto de Formação Bancária. Puderam participar também, através de videoconferência, o Porto, o Funchal, a Universidade do Minho e a Universidade de Coimbra. Quanto às atividades desenvolvidas pela estagiária para este evento, destacam-se a elaboração de sínteses curriculares a serem colocadas nos materiais de divulgação, o auxílio às Relações Públicas na receção de conferencistas e na receção e registo dos participantes, e o apoio nos vários períodos de debate.

3.1.9. “*Entering the War. The entrance of Small and Medium powers in the First World War*”

Este seminário internacional inseriu-se no projeto de investigação “Pensar estrategicamente Portugal: a inserção internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial”, já referido anteriormente. Como tal, teve como parcerias o IHC-UNL e o ICS-UL, contando com o apoio da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da Primeira Guerra Mundial.

O seminário “*Entering the War. The entrance of Small and Medium powers in the First World War*” teve como coordenadores o Professor Doutor António Paulo Duarte e o Professor Doutor Bruno Cardoso Reis, e decorreu no dia 30 de março de 2016, entre as 10h00 e as 16h30.

O primeiro painel – *Entering the war: small powers* – contou com as apresentações do Professor Doutor Emmanuel Debruyne, que falou sobre a Bélgica; do Professor Doutor Vasil Paraskevov, que expôs sobre a Bulgária; do Professor Doutor Loukianos Hassiotis, que ficou responsável pela Grécia; e do Professor Doutor António Paulo Duarte, que apresentou Portugal. O segundo painel – *Entering the war: Africa and Europe- diplomacy, economy and society* – teve como conferencistas o Professor Doutor Bruno Cardoso Reis, o Coronel Nuno Lemos Pires e a Professora Doutora Ana Paula Pires.

Foram convidados para este evento os estudantes de Relações Internacionais da Universidade de Évora, e foi possível seguir o seminário no Porto, através de videoconferência. A estagiária ajudou na elaboração das sínteses curriculares dos oradores, acompanhou os estudantes e respetivos professores da Universidade de Évora à sua chegada e no momento da sua partida, auxiliou as Relações Públicas na receção e registo dos participantes, e deu apoio nos períodos de debate durante o seminário.

3.2. Grupos de estudos e mesas redondas

A investigação no IDN conta com diversas atividades, entre elas os grupos de estudos e as mesas redondas. Nestes espaços de debate mais especializados, o público é normalmente mais reduzido do que nos seminários e conferências, pois a discussão é mais dirigida para determinado tema, ajudando na investigação do Instituto. Tanto nos grupos de estudos como nas mesas redondas, o regime utilizado é o de “*Chatham House rule*”, permitindo aos participantes uma maior liberdade de expressão e uma troca de opiniões mais interessante, contribuindo para o debate e para a investigação dos envolvidos.

A estagiária ajudou na realização de reuniões de três grupos de estudos, que abordaram o Brasil, a PCSD e a segurança energética; e na organização de duas mesas redondas, que tiveram como tema a EGUE, e que serão desenvolvidos de seguida.

3.2.1. Grupo de estudos sobre as “Relações Portugal-Brasil”

Portugal e Brasil têm longas relações históricas, e este grupo de reflexão visava ser uma plataforma de debate, incentivando o encontro entre personalidades com grande conhecimento sobre o Brasil. A ideia central era dar contributos para implementar uma política que reforçasse esses laços históricos entre os dois Estados, aprofundando o seu carácter estratégico (Instituto da Defesa Nacional, s.d.c).

O grupo de estudos sobre as “Relações Portugal-Brasil” começou em 2011, teve a sua última sessão no dia 19 de novembro de 2015, e tinha como coordenadores o Professor Doutor Vasco Rato e Professor Doutor António Paulo Duarte. A sessão foi proferida pela Professora Doutora Any Freitas, e teve como tema “A segurança marítima do Atlântico Sul”. A oradora falou dos desafios no Atlântico Sul, na importância da relação entre o Brasil e Portugal, como o último é uma porta para a parceria com a UE, e nos novos desafios, tanto a nível marítimo (como a pirataria) como terrestre (em particular os recursos energéticos).

A estagiária teve, neste contexto, a oportunidade de assistir à sessão e de acompanhar a conferencista.

3.2.2. Grupo de estudos sobre “Política Externa, Segurança e Defesa Europeia”

O grupo de estudos sobre “Política Externa, Segurança e Defesa Europeia” começou em 2010 e tem como coordenadora a Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes. Este grupo pretende ser um espaço de debate, onde o conhecimento sobre a Política Europeia de Segurança e Defesa é aprofundado, discutindo diversos aspetos, tais como a dimensão interna e externa dessa Política, o posicionamento dos vários Estados-membros, e proporcionando a oportunidade de diversos atores institucionais e multidisciplinares apresentarem as suas perspetivas e desenvolver opiniões (Instituto da Defesa Nacional, s.d.d).

A 16.^a reunião deste grupo de estudos, no dia 14 de janeiro de 2016, contou com a presença do Doutor Laurent Muschel, e teve como tema “*The European Agenda for*

Migration and the Refugees crisis”. Tratando-se de um tema atual e controverso, esta reunião teve uma elevada adesão por parte dos participantes.

Quanto às atividades desenvolvidas, a estagiária elaborou convites institucionais; manteve contacto com o conferencista, ficando responsável por lhe enviar informações e esclarecer qualquer dúvida; e manteve uma lista atualizada dos contactos dos convidados e das suas confirmações. No próprio dia, apoiou as Relações Públicas na receção dos convidados, ajudou o núcleo de Planeamento a conferir as placas identificativas dos mesmos e acompanhou o conferencista.

3.2.3. Grupo de estudos sobre “Segurança Energética”

O grupo de estudos sobre “Segurança Energética” é o mais recente no IDN. Tem como coordenadores o Professor Doutor Vasco Rato e o Professor Doutor António Paulo Duarte. Este grupo de estudos pretende divulgar um conhecimento mais profundo sobre segurança energética e as suas diversas dinâmicas. Através das suas sessões, este espaço de reflexão tenta discutir as diferentes perspetivas relacionadas com a energia, e ainda permitir a discussão sobre o panorama português e a sua estratégia energética.

A primeira sessão ocorreu no dia 25 de fevereiro de 2016, sob o tema “*Energy security in Europe*”, a cargo do Doutor Michael Rühle, que começou por fazer uma breve abordagem sobre a situação em Portugal, realçando a sua posição geográfica periférica na UE, mas bastante central no Atlântico, mencionando também a instabilidade política observada em países estratégicos, como Brasil ou Angola. Seguiu-se uma reflexão sobre a situação energética na Europa e realçou-se ainda, durante o debate, a crescente importância das parcerias estratégicas, tanto a nível institucional, como dentro do setor privado e entre este setor e governos ou organizações multilaterais.

A estagiária ajudou no dia desta primeira sessão, apoiando as Relações Públicas na receção dos participantes, e teve a oportunidade de assistir à palestra.

3.2.4. Mesa redonda “*The EU Global Strategy*”

No dia 18 de janeiro de 2016, o IDN organizou uma mesa redonda sob o tema “*The EU Global Strategy*”, coordenada pela Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes, que contou com a participação do Doutor Stuart Summers, do Doutor Nuno Pinheiro Torres e do Doutor Luís Cabaço, que discutiram o possível conteúdo da EGUE, os seus interesses, os seus princípios e as suas prioridades.

Sublinhou-se a importância da *comprehensive approach*, da utilização do *smart power*, e das parcerias institucionais e regionais da UE, essenciais para que a União cumpra o objetivo de ser um ator global.

A estagiária ficou responsável por manter o contacto com o orador estrangeiro, o Doutor Stuart Summers, ajudar a coordenadora a preparar as sínteses curriculares e a verificar a lista de participantes da mesa redonda. No dia do evento, auxiliou as Relações Públicas e o Planeamento na receção dos convidados e na atribuição de placas identificativas, tendo também tido a oportunidade de assistir à mesa redonda.

3.2.5. Mesa redonda “*The new EU’s Global Strategy – how to meet Foreign and Security Policy challenges?*”

Ainda sobre a EGUE, o IDN organizou uma segunda mesa redonda, desta vez mais direcionada: “*The new EU’s Global Strategy – how to meet Foreign and Security Policy challenges?*”, que ocorreu no dia 27 de janeiro de 2016. Para esta mesa redonda foram convidados o Doutor Lennart Landman, o Professor Doutor Bruno Cardoso Reis, o senhor Embaixador Francisco Seixas da Costa e o Professor Doutor Francisco Proença Garcia.

Mais uma vez, discutiu-se a importância da *comprehensive approach* e dos *global commons*, assim como a necessidade de compromisso por parte da UE para ser um ator global efetivo. A colaboração entre o setor civil e o setor militar e a PCSD são vistas como pontos essenciais à prossecução da estratégia. É de realçar que esta mesa redonda contou com participantes mais europeístas e outros um pouco mais céticos, tornando o debate muito ativo e interessante.

A estagiária preparou as sínteses curriculares dos oradores, contactou com o Doutor Lennart Landman e acompanhou-o no seu transporte, verificou a lista de participantes na mesa redonda e, no dia do evento, auxiliou na receção e registo dos convidados.

3.3. Cursos

Como centro de estudos e de investigação, o Instituto também tem um papel pedagógico na sociedade portuguesa, possuindo uma vasta oferta de cursos durante todo o ano.

A estagiária participou em alguns momentos do Curso de Defesa Nacional e ajudou na organização e realização de outros quatro cursos, um lecionado nos Açores, e os restantes em Lisboa. As suas atividades e funções em cada curso serão abordadas de seguida.

3.3.1. 40.º Curso de Defesa Nacional

O Curso de Defesa Nacional (CDN) é o curso central do IDN. É um curso de estudos avançados, focado nas áreas da segurança e da defesa, com uma abordagem multidisciplinar, analisando elementos a nível nacional e a nível internacional. Ocorre todos os anos e é frequentado por auditores (designação dada aos frequentadores dos cursos do IDN) de quadros superiores das estruturas estatais e da sociedade civil, sendo, portanto, o seu público militar e civil. Esses auditores podem ser designados institucionalmente ou candidatarem-se de forma individual. Tem como finalidade desenvolver um espaço de reflexão, de debate e de aprendizagem, promovendo o intercâmbio de ideias entre os auditores, oriundos de diversas áreas, e contribuindo para a consciencialização da população e um aprofundamento de uma cultura estratégica de segurança e defesa (Regulamento do CDN, 2011).

A sessão inicial do CDN 2015-2016 ocorreu no dia 04 de novembro de 2015, tendo sido presidida pelo diretor do Instituto. Nesta sessão inicial, os auditores do curso tiveram conhecimento do funcionamento e do regulamento do curso, contactando pela

primeira vez com os funcionários do IDN e convivendo com eles. Foi designado como coordenador desta sessão inicial o Coronel Carlos Coutinho Rodrigues, que atribuiu as funções à estagiária. Neste dia, a estagiária auxiliou no que foi necessário, como na receção dos auditores do Porto e de Lisboa ou na transmissão de informação ao coordenador da atividade e aos convidados. Ao assistir à sessão inicial, a estagiária teve a oportunidade de perceber melhor o funcionamento e regulamento do IDN e do curso.

O CDN 2015-2016 foi frequentado por cinquenta e três auditores, de entre os quais quarenta participaram nas instalações de Lisboa, e os restantes nas instalações do Porto. É importante referir que o CDN contou também com a participação de auditores oriundos da CPLP, nomeadamente do Brasil, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. A diretora do CDN é a Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes e o subdiretor o Coronel Carlos Coutinho Rodrigues.

No dia 16 de dezembro de 2015, ocorreu nas instalações do IDN em Lisboa, a sessão solene do ano académico, presidida por sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, o Professor Doutor Azeredo Lopes. Este evento de grande dimensão marcou o início do ano académico no IDN, e contou com a presença de várias entidades institucionais, civis e militares, órgãos de comunicação social e figuras relevantes da sociedade portuguesa.

A sessão solene foi composta por um discurso do diretor do IDN, uma lição inaugural do Doutor Jaime Gama sob o título “Riscos de um paradigma de mínimos em matéria de defesa nacional e segurança europeia”, e terminou com as palavras do Ministro da Defesa Nacional. Mais uma vez, o Coronel Carlos Coutinho Rodrigues foi designado coordenador da atividade e delegou tarefas à estagiária, que ficou responsável pela alocação do evento, e ajudou no encaminhamento dos convidados nas instalações do IDN. A sessão inaugural também permitiu à estagiária ter contacto com normas protocolares e entender um pouco melhor o seu funcionamento.

Estando a estagiar no IDN, teve a oportunidade de assistir a sessões do CDN que lhe suscitaram particular interesse, nomeadamente “A CPLP: objetivos, organização e perspectivas de evolução” (26 de janeiro de 2016), e, no dia seguinte, a uma sessão intitulada “*Preventing and fighting violent radicalization*”, proferida pelo Professor Doutor Magnus Ranstorp.

3.3.2. IV Curso Intensivo de Segurança e Defesa

O Curso Intensivo de Segurança e Defesa (CISEDE) é um curso ministrado pelo IDN todos os anos, ora no Arquipélago da Madeira, ora no Arquipélago dos Açores, que visa fomentar a reflexão e discussão sobre as questões de segurança e defesa, fazendo a ponte entre a experiência profissional dos auditores ou dos oradores e o mundo académico. O público-alvo deste curso é, naturalmente, a população das regiões autónomas, com o intuito de sensibilizá-la para as temáticas de segurança e defesa, e dar ferramentas àqueles que, de alguma forma, estão envolvidos no planeamento e/ou execução de políticas nestas áreas (Diretiva 25/2015).

No ano letivo de 2015-2016 o IDN organizou a quarta edição do CISEDE, que decorreu nos Açores. O CISEDE conta com o alto patrocínio do Governo Regional dos Açores e resulta de uma parceria com a Universidade dos Açores. O curso ocorreu em duas cidades em simultâneo: em Ponta Delgada, no Auditório B da Universidade dos Açores; e por videoconferência em Angra do Heroísmo, na Escola Superior de Enfermagem.

O primeiro módulo decorreu de 20 a 25 de novembro de 2015 e teve como tema “O quadro geral da segurança e defesa”. A lição inaugural ficou a cargo da Professora Doutora Constança Urbano de Sousa, que falou sobre “A resposta da União Europeia à crise dos refugiados”. Neste módulo inicial, os auditores assistiram a uma introdução às relações internacionais, ao sistema internacional e aos vários tipos de conflitos.

O segundo módulo teve lugar de 17 a 19 de fevereiro de 2016. Sendo o tema “A política de defesa nacional”, este módulo pretende especificar-se e direccionar-se à política e às relações externas de defesa, onde foram abordadas as Forças Armadas portuguesas, as missões de paz nas quais Portugal participou e ainda participa, terminando com a relação do país com organizações internacionais, como a UE e a NATO.

O último módulo ocorreu entre os dias 04 e 08 de abril de 2016. Intitulado “A realidade regional no campo da segurança e defesa”, o que se pretende é juntar a teoria à realidade dos Açores, fazendo com que o curso tenha a maior aplicabilidade possível. Abordaram-se temas como a Proteção Civil ou as Forças de Segurança nos Açores, dando a conhecer desta forma o contexto regional onde os auditores vivem e trabalham, potenciando o seu conhecimento e reflexão.

O coordenador do CISEDE é o Major Mário Caria Mendes, que atribuiu, ao longo dos meses, diversas tarefas à estagiária. Numa primeira fase, explicou-lhe o curso, os seus objetivos e a sua forma de funcionamento. A estagiária ficou responsável por fazer os ofícios institucionais, e, juntamente com o Planeamento, verificar os dados de cada instituição (e.g. moradas ou nomes de chefes de gabinete). O coordenador contactou com os conferencistas convidados, mas manteve sempre a estagiária a par de todo o processo, fazendo com que fosse necessário acompanhar toda a correspondência e todos os desenvolvimentos. A estagiária também ficou encarregue de tarefas mais logísticas, como por exemplo pesquisar voos; verificar bilhetes de avião e estadias e enviar essa mesma informação aos oradores; e elaborar planos de transporte.

Outras atividades desenvolvidas ao longo do CISEDE incluíram o contacto com a Universidade dos Açores e a colocação de material e gestão do *Moodle* – plataforma utilizada pelo IDN para a disponibilização de conteúdos – como as apresentações dos conferencistas, as suas notas curriculares e bibliografia.

3.3.3. I Ação de Formação: “Segurança, Defesa e Paz”

A I Ação de Formação: “Segurança, Defesa e Paz” (AFSDP) teve lugar nos dias 17, 19 e de 24 a 26 de fevereiro de 2016, tanto nas instalações do IDN em Lisboa como no Porto, tendo como coordenador o Professor Doutor António Paulo Duarte.

Após a assinatura de um protocolo de cooperação entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Educação e Ciência, o IDN e a Direção Geral da Educação reuniram esforços e começaram a trabalhar na elaboração de um “Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz”, com vista a integrar estes temas nos vários ensinos portugueses (Diretiva 5/2016). A ideia era criar uma ferramenta que servisse de guia aos professores, para que estes pudessem integrar nas suas respetivas disciplinas e programas escolares noções como a de cidadania, de identidade, de Direitos Humanos, de segurança ou defesa, promovendo a sensibilização da camada mais jovem para estes assuntos. O Referencial está dividido em quatro temas: a Segurança, a Defesa e a Paz; o Contexto Internacional e o Quadro Nacional – a Mundialização e a Interdependência; a Identidade Nacional e o Quadro Internacional da Segurança, da Defesa e da Paz; e as

Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança – o Quadro Institucional, Organização e Missões (Duarte, 2016).

A AFSDP tem como público-alvo os docentes dos ensino pré-básico, básico e secundário, e visa aprofundar os conteúdos que estão presentes no Referencial, dando novos conhecimentos e instrumentos para os professores usarem nas suas salas de aula (*idem*).

Durante a formação, a estagiária ajudou na receção dos auditores, no controlo da folha de presenças, deu apoio logístico em algumas sessões durante o período de debate e questões e ajudou o coordenador a constituir os grupos de auditores para a realização de trabalhos coletivos. Uma outra atividade, ainda integrada nesta AFSDP, foi a apresentação do Referencial, no dia 10 de março de 2016. A conferência sobre “Educação, Cidadania e Defesa Nacional” foi direcionada aos auditores da AFSDP mas também aos auditores dos antigos Cursos “Cidadania e Segurança”, igualmente professores.

Nesta conferência, a estagiária ajudou as Relações Públicas na receção e registo dos participantes, assistiu à conferência e deu apoio logístico durante o período de debate e questões.

3.3.4. VII Curso de Gestão Civil de Crises

O Curso de Gestão Civil de Crises (CGCC) é um curso ministrado pelo IDN, que é frequentado por auditores em Lisboa e no Porto. Tem como objetivos sensibilizar a população para questões de segurança e defesa e formar quadros intermédios e superiores estatais e da sociedade civil, focando-se nas crises e na sua gestão em ambientes multilaterais. O curso visa uma abordagem global e multidisciplinar da gestão de crises, desde a caracterização de conflitos e as suas capacidades e instrumentos, até aos processos de decisão e planeamento nas várias instâncias responsáveis.

É composto por três módulos, que permitem aos vários auditores interagir num espaço de reflexão e debate, e o contacto com especialistas e atores desta área, assim como a aquisição de conhecimentos sobre os contextos nacional e internacional, com especial destaque para as estruturas da UE (Diretiva 33/2015). O coordenador deste curso

é o Major Mário Caria Mendes, que, ao ser responsável pelo CISEDE e pelo CGCC, tem de gerir dois cursos ao mesmo tempo (e à distância), pois o último módulo do CISEDE coincide sempre com o segundo do CGCC.

A conferência de abertura do CGCC ocorreu no dia 24 de fevereiro de 2016, teve como tema “*European Crisis Management: from Srebrenica to Aleppo*”, e foi proferida pelo Professor Doutor Damien Helly. A estagiária, com a ajuda das Relações Públicas e do Planeamento, ficou responsável por coordenar e verificar os materiais de divulgação para esta conferência, manteve o contacto com o conferencista, organizando o seu plano de transportes e disponibilizando-se para esclarecer qualquer dúvida.

O primeiro módulo – “A União Europeia e a Gestão Civil de Crises” – ocorreu entre os dias 29 de fevereiro e 04 de março de 2016. Este módulo é uma introdução onde os auditores têm contacto com as primeiras noções de gestão de crises, com as capacidades, os instrumentos civis e militares, mas também conseguem ter exemplos práticos, como a gestão de crises na reconstrução do Estado e da sociedade, ou a participação de Portugal em operações de gestão de crises. A estagiária desenvolveu algumas tarefas neste módulo, nomeadamente a preparação dos convites aos oradores, manteve a correspondência atualizada, recolheu as folhas de presença durante as sessões e esclareceu dúvidas dos auditores, disponibilizou o material das sessões no Moodle, assistiu às palestras e organizou as deslocações da conferencista estrangeira convidada, a Doutora Maria Vetting.

O segundo módulo teve lugar de 04 a 08 de abril de 2016. O coordenador da atividade encontrava-se nos Açores com o CISEDE, e, por essa razão, ficaram responsáveis em Lisboa o Tenente-Coronel Manuel Carriço e o Coronel Paulo Geada. Este módulo teve como tema “As crises e os organismos europeus: interlocutores Estado e não Estado”, começando com uma abordagem conceptual de crises nas várias organizações internacionais, passando pelas relações da UE com a NATO, com as Nações Unidas e com a CPLP, a estratégia europeia para as crises humanitárias, e acabando com uma sessão sobre a reforma no setor de segurança na República Democrática do Congo.

Durante este módulo, a estagiária usufruiu de muita autonomia e teve a oportunidade de desenvolver diversas atividades. Com o coordenador nos Açores, manter a correspondência atualizada e acompanhar todos os desenvolvimentos tornou-se numa grande responsabilidade. A estagiária continuou a recolher as folhas de presença e os

inquéritos de satisfação, a assistir às sessões, disponibilizando-se para esclarecer quaisquer dúvidas ou resolver problemas relativos aos auditores ou aos oradores. Também teve de assegurar a disponibilização das sínteses curriculares dos convidados para entregar aos moderadores, manter o contacto com os oradores e, no fim de cada sessão, colocar o material das conferências do *Moodle*.

3.3.5. III Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço

O Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço (CGCiber) tem como finalidade sensibilizar e formar quadros intermédios e superiores do Estado e da sociedade civil para questões de segurança e defesa, em particular na área do mundo digital, do ciber mundo (Diretiva 6/2016). Os objetivos incluem desenvolver os conhecimentos nesta área, que tem vindo a evoluir muito nos últimos anos, promover a troca de ideias entre auditores e entre auditores e oradores, capacitar o público para um apoio mais qualificado ao processo de tomada de decisão e promover uma cultura estratégica, principalmente uma cultura estratégica de cibersegurança e ciberdefesa (*idem*).

O III CGCiber ocorreu entre os dias 14 e 18 de março, e nos dias 31 de março e 01 de abril de 2016. Este curso resulta de uma parceria entre o IDN e a Academia Militar, e, por isso, os seus coordenadores provêm das duas instituições: o Coronel João Barbas por parte do IDN, e o Tenente-Coronel Paulo Viegas Nunes, da Academia Militar. O curso contou com a participação de mais de oitenta auditores, que participaram no curso em Lisboa e no Porto. Este curso tem uma estrutura modular, com uma primeira parte composta por conferências, e outra consistindo num exercício.

O primeiro módulo teve como tema “Perspetiva Global do Ciberespaço”, fazendo uma abordagem geral deste mundo, a relação sociedade-informação, a evolução dos *media* e os desafios futuros. O segundo módulo – “Economia, Tecnologia e Segurança” – focou-se na estrutura e funcionamento do ciberespaço, discutindo-se a regulação e jurisprudência nesta área e a relação do desenvolvimento económico e da investigação com o ciberespaço e a ciberdefesa. No módulo “Cibersegurança” abordou-se a Estratégia Nacional de Cibersegurança, as respostas a incidentes e o procedimento de proteção das infraestruturas críticas. As últimas conferências, integradas no módulo “Ciberdefesa”,

contaram com oradores estrangeiros, que falaram sobre as estratégias nacionais dos seus países, mas também de um ponto de vista multilateral no contexto internacional. O último módulo ocorreu nos dias 31 de março e 01 de abril, nas instalações da Academia Militar na Amadora. O “Exercício de Decisão Estratégica” foi orientado por uma equipa de três representantes da *European Cyber Defence Initiative*, da Estónia, que acompanharam os vários grupos de trabalho na simulação de incidentes cibernéticos a estruturas estatais e privadas.

A estagiária, ao longo deste curso, ajudou, numa primeira fase, na verificação de horários, programas e horários. Na abertura do curso, auxiliou as Relações Públicas e o Planeamento na receção dos auditores em Lisboa e no seu encaminhamento para o auditório. As suas principais tarefas foram colocar as folhas de presença à entrada do auditório e recolhê-las para entregar ao Planeamento; dar apoio logístico no período de debate e questões durante as conferências; entregar as notas curriculares dos oradores aos moderadores das sessões; manter o contacto com os auditores e disponibilizar o material das sessões (apresentações, bibliografia e notas curriculares) no *Moodle*. Durante o Exercício na Academia Militar, acompanhou o transporte da equipa da Estónia; assistiu ao exercício de uma forma geral, conseguindo observar as várias dinâmicas de grupo; recolheu os inquéritos de satisfação dos auditores; ajudou na verificação de certificados; e, no encerramento do curso, auxiliou as Relações Públicas da Academia Militar na cerimónia de entrega de certificados aos auditores.

3.4. Outras atividades

3.4.1. Visita a Portugal do 127.º Curso Sénior do Colégio da NATO

Nos dias 01 e 02 de outubro de 2015, o 127.º Curso Sénior do Colégio NATO veio a Portugal, e o Instituto e o Ministério da Defesa Nacional ficaram responsáveis pela sua visita. Foram nomeados coordenadores da atividade o Coronel João Barbas e o Tenente-Coronel Manuel Carriço. Tratando-se de uma comitiva com mais de cem pessoas, foram precisos vários esforços e muita organização.

A estagiária ficou corresponsável pelo acompanhamento no transporte de uma parte do grupo, e no primeiro dia ajudou as Relações Públicas na receção do curso e na distribuição de material informativo. No segundo dia, integrou o grupo dos/as cônjuges,

numa visita turística por Sintra e Cascais, convivendo e interagindo com os convidados; e deu apoio logístico ao período de debate na última conferência do curso no IDN.

3.4.2. Projeto Piloto de Implementação do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz nos agrupamentos de escolas do município de Baião

O “Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz” já foi mencionado em atividades anteriores, e por isso dispensa nova apresentação. Neste contexto, o IDN estabeleceu uma parceria com as escolas do município de Baião, organizando e participando numa série de eventos que têm em vista a implementação do Referencial nos programas das escolas da região.

A estagiária, a pedido de um dos coordenadores do projeto, o Professor Doutor António Paulo Duarte, em colaboração com as suas colegas, investigou e recolheu alguns recursos pedagógicos a fornecer aos professores e elaborou materiais didáticos, que resultaram na criação de pequenos exercícios e atividades sobre os três ramos das Forças Armadas, as suas intervenções nacionais e as suas operações no estrangeiro, e que mais tarde foram publicados no jornal da escola.

3.4.3. Seminário “IDN-Jovem”

Numa tentativa de aproximar os estudantes das áreas de Relações Internacionais e Ciência Política, e de perceber quais os seus interesses e perspetivas sobre Portugal, a defesa nacional e a segurança, o IDN está a organizar um seminário com e para estudantes universitários destas áreas.

Os coordenadores desta atividade, o Doutor Francisco Galamas e o Major-General Vítor Viana, pediram às estagiárias, em dezembro de 2015, para fazer um levantamento dos cursos nas áreas de Relações Internacionais e Ciência Política a nível nacional, e pesquisar sobre a existência de núcleos de estudantes nestes mesmos cursos. A estagiária começou a contactar os núcleos de estudantes na área de Lisboa, ajudando a organizar um almoço-debate com os seus representantes e com os coordenadores da atividade, permitindo a troca de ideias sobre o projeto e futuras colaborações. Após este primeiro

encontro, que ocorreu no dia 04 de março de 2016, a estagiária ficou responsável por contactar por e-mail os núcleos, enviando alguma informação e agradecendo a participação no almoço. Foi sugerido aos núcleos que pensassem em seis temas das áreas da segurança e defesa que gostassem de ver discutidos, interessantes para os estudantes, e que enviassem ideias e sugestões sobre o seminário “IDN-Jovem” e sobre o *call for papers*. Após receber as respostas dos núcleos, a estagiária fez um levantamento das escolhas, sugestões e ideias propostas, elaborando um quadro com os núcleos que aceitaram participar na iniciativa e com as suas sugestões relativas ao *call for papers* e à sucessiva realização do seminário “IDN-Jovem”.

3.5. Reflexões sobre o estágio

De setembro de 2015 a abril de 2016, a estagiária teve a oportunidade de assistir e auxiliar na organização de diversos eventos, com finalidades e estruturas diferentes. Cada atividade tem um propósito, um público-alvo e um tema específico, porém, todas as atividades do IDN têm um objetivo em comum: contribuir para a concretização da missão do Instituto.

Ao longo da sua existência, o IDN tem vindo a desenvolver novas parcerias, a atualizar e alargar a sua rede de contactos, e tem conseguido manter uma grande oferta na área da formação, contribuindo para a divulgação das questões de segurança e defesa em Portugal. O seu prestígio é reconhecido em solo português, mas também além-fronteiras, conseguindo atrair novos protocolos com entidades estrangeiras, tornando-se num *player* conceituado na investigação das relações internacionais, em particular da estratégia e da segurança.

A já referida ponte que é estabelecida entre vários setores torna o Instituto numa plataforma abrangente ao debate, que se espelha em investigações profundas e multidisciplinares, essenciais ao Estado português, de valor acrescentado para o mundo académico, e crescentemente mais apreciadas pela população. Para que o Instituto continue a evoluir, a melhorar, e para que consiga manter o cumprimento da sua missão, é essencial que acompanhe as transformações da sociedade em que se insere, e que dedique uma especial atenção à geração futura.

As variadas atividades que o IDN desenvolve com universidades e centros de investigação em Portugal demonstram a preocupação que o Instituto tem com os mais jovens, mas ainda é possível aprofundar mais esta relação. A presença do Instituto em feiras ou jornadas abertas de faculdades poderia ser uma possibilidade de divulgar mais a missão, os valores, as atividades, e dar a conhecer (ou recordar) a hipótese de estágios curriculares. Neste mesmo contexto, o/a representante do IDN poderia fazer-se acompanhar de um(a) estagiário/a, que poderia testemunhar sobre a experiência, estabelecendo uma ligação mais direta com a comunidade estudantil.

Ainda na área da divulgação junto do público mais jovem, poderia ser interessante o IDN organizar um dia aberto, em que poderia dar a conhecer aos estudantes as suas instalações, e organizar uma conferência, uma mesa redonda e/ou um *workshop* nas áreas da estratégia e da segurança. Neste caso, seria imprescindível estabelecer um contacto direto com os professores das universidades, de modo a alcançar o maior número de estudantes possível, e incentivá-los a contactarem com uma entidade do mundo profissional e com especialistas das áreas referidas.

A utilização das redes sociais por parte do Instituto já é uma realidade, mas pode ser ainda mais eficiente. A utilização da rede social *Twitter* durante as sessões pode incentivar a um maior debate, mesmo fora do auditório: por exemplo, ao colocar uma fotografia ou um excerto de vídeo do evento, acompanhado de uma frase de um orador, os utilizadores da rede social teriam uma maior interação *online*. Outra possibilidade é disponibilizar, *a posteriori*, alguns excertos vídeos de seminários na internet, para que os estudantes e todos os interessados possam ter acesso a algum do conteúdo que foi debatido – por vezes as pessoas não podem assistir aos eventos, apesar do assunto ser do seu interesse.

Todas estas sugestões envolvem custos e recursos, que, devido à situação atual que o país atravessa, têm sido reduzidos e têm-se tornado escassos, dificultando a concretização de ações e objetivos. Apesar destas circunstâncias, o IDN tem conseguido, dentro das suas possibilidades, aumentar a sua oferta de atividades, mantendo sempre o seu nível de exigência. No entanto, por vezes o Instituto organiza eventos de grande dimensão sem as condições logísticas ideais para o fazer: nestes casos, seria importante manter o nível de excelência e a satisfação do público, mas também ter uma atenção redobrada aos pormenores e motivar o máximo de colaboradores possível, contribuindo para um evento de sucesso, sem grande espaço para imprevistos e insatisfações.

A missão do IDN tem vindo a ser cumprida, com a ajuda dos seus colaboradores, dedicados a divulgar as questões de segurança e defesa por um público de especialistas, mas também pela população portuguesa em geral, tentando integrar estes temas nas agendas dos cidadãos. É um grande desafio, mas a progressiva e persistente vontade de colaborar com os mais variados setores da sociedade, e a manutenção do Instituto como ponto de convergência entre os atores, e como espaço de debate livre têm tido consequências e resultados positivos, tanto na *performance* do IDN, como na sensibilização da população portuguesa.

4. Trabalho de investigação: “Cultura e defesa nacional – o caso português”

A era da globalização está para ficar, e com ela surgem novos atores, novas ameaças, novos desafios. Face a uma nova realidade internacional, onde o Estado é apenas mais um interveniente no meio de muitos, a defesa e a segurança continuam imprescindíveis, mas tornam-se muito mais complexas.

Durante muitos séculos a guerra era interestatal, as ameaças eram territoriais e os instrumentos aplicados na prossecução da defesa nacional eram militares. Hoje em dia, este tipo de abordagem está longe de ser suficiente para fazer face às ameaças diversificadas e aos novos riscos. Para além disso, acresce o facto de serem mais numerosos os *players* internacionais, cada um com objetivos e interesses diferentes, e, por vezes, não conjugáveis com os do ator mais clássico – o Estado.

Se no passado a relação entre cultura e defesa nacional nem sempre foi nítida, na atualidade a sua interligação torna-se cada vez mais clara e fundamental para a concretização de qualquer tipo de objetivo nacional, seja ele permanente ou conjuntural. Apesar de todas as mudanças que ocorreram e continuam a ocorrer no século XXI, o ator Estado mantém a sua importância, e permanece responsável pela defesa nacional e segurança do seu país, seja a título individual, seja no seio de uma organização ou aliança.

Através de uma pesquisa documental, baseada em livros, legislação, artigos e notícias, propõe-se, neste trabalho, tentar perceber se existe uma relação entre cultura, defesa e segurança; se há uma afinidade entre cultura e defesa nacional em Portugal; e se a cultura de defesa é uma realidade portuguesa.

Numa primeira parte é apresentada uma abordagem concetual, em que se definem algumas noções-chave para o entendimento do trabalho. De seguida analisa-se a legislação portuguesa na área da defesa nacional, tentando perceber quais os documentos em que se lhe faz referência e se existe alguma ligação com a cultura. Após esta abordagem mais geral, propõe-se a análise mais detalhada do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, com o objetivo de perceber se há uma relação, e se ela é clara, entre defesa nacional, segurança e cultura. Numa última parte faz-se uma breve reflexão sobre uma possível conjugação entre a cultura de defesa e a defesa da cultura em Portugal, concluindo com algumas notas finais.

4.1. Abordagem concetual

O conceito de cultura permanece, ainda hoje, um conceito disputado que não reúne consenso, devido à sua complexidade.

O dicionário da língua portuguesa apresenta múltiplas definições, entre elas o “conjunto de costumes, instituições e de obras que constituem a herança de uma comunidade ou grupo de comunidades”; ou o “sistema complexo de códigos e padrões partilhados por uma sociedade ou instituições que fazem parte da vida individual e coletiva dessa sociedade ou grupo” (Infopédia, s.d). Quanto ao dicionário britânico, a cultura é definida como “*the arts and other manifestations of human intellectual achievement regarded collectively*” ou “*the ideas, customs, and social behaviour of a particular people or society*” (Oxford, s.d).

Em ambos os dicionários faz-se referência a aspetos materiais e imateriais, comuns a uma coletividade. Para que esses aspetos integrem a coletividade, a cultura necessita de uma certa continuidade, pois ela é resultado de um convívio social e supõe uma consciência coletiva, transversal a várias gerações da comunidade ou povo em questão (Silva e Silva, 2006). “A função da cultura, dessa forma, é, entre outras coisas, permitir a adaptação do indivíduo ao meio social e natural em que vive” (*idem*: 86). Apesar de ter de existir uma certa continuidade, não significa que as culturas sejam estáticas ou isoladas – normalmente estão sujeitas a novas e diversas influências exteriores, evoluindo ao longo dos séculos e interagindo umas com as outras, tornando-

se dinâmicas. A cultura portuguesa reflete esta situação, ao resultar de uma aglomeração da passagem de diversas civilizações e costumes que se instalaram naquele território.

A cada cultura estão associados certos aspetos materiais (e.g. o artesanato ou monumentos) e imateriais (como a língua ou os valores) comuns aos seus membros. Por esta razão, quando a uma cultura corresponde um Estado, essa deve ser vista como parte da identidade do país, tendo por isso influência em vários setores, tais como a segurança ou a defesa nacional.

As realidades subjacentes à segurança e à defesa são por vezes confundidas, pois são termos que se interligam, mas com significados diferentes. A defesa, numa primeira leitura, aparenta ser de fácil definição, “[...] remetendo sempre para um acto de resistência e protecção contra a ameaça [...]” (Nogueira, 2005: 71). Trata-se de um conceito relativamente subjetivo, variando consoante o país, o que demonstra a influência que a cultura e a História de um Estado podem ter na sua definição de defesa.

Numa perspetiva portuguesa, ela é vista como um conjunto de atividades, não só militares, como económicas, políticas, sociais e culturais, que visa garantir a segurança nacional (Rodrigues, 2015). Segundo o General Loureiro dos Santos, a defesa nacional implica não só o emprego ou a ameaça da coação militar, como da diplomacia, da indústria, da ciência ou do apoio social, defendendo uma abordagem abrangente do conceito (Santos, 2005). Se analisarmos o caso da Grã-Bretanha, a defesa já é apenas referente a atividades de carácter militar (*idem*). A LDNFA definia a defesa nacional como “[...] a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos no sentido de garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas” (LDNFA, art. 1.º), tratando-se, portanto, de uma abordagem ampla e multidisciplinar, que integra tanto componentes militares como não militares.

Quanto ao termo segurança, ele também não suscita consenso, tendo vindo a evoluir e a complexificar-se ao longo do tempo. Numa ótica realista, o Estado é o ator principal no ambiente internacional, caracterizado pela sua anarquia e desconfiança permanente, e por isso a segurança é vista como o objetivo principal. O Estado é promotor, ameaça e objeto dessa segurança, fazendo com que o poder militar e a coerção sejam considerados imprescindíveis e as componentes mais importantes (Slaughter,

2011). Esta lógica já não pode ser verificada na atualidade devido à multiplicidade das origens e características das ameaças, e devido aos diversos atores que interagem na sociedade internacional. Como consequência, o Estado já não pode ser considerado o promotor exclusivo de segurança.

Uma definição de segurança consiste na “[...] proteção e a promoção de valores e interesses considerados vitais para a sobrevivência política e o bem-estar da comunidade, estando tanto mais salvaguardada quanto mais perto se estiver da ausência de preocupações militares, políticas e económicas” (Tomé, 2014: 471).

A definição de segurança nacional que é utilizada na realidade portuguesa é descrita como sendo “a condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda coletiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas” (Cardoso, 1981: p. 23). A Escola Superior de Guerra do Brasil define segurança nacional como o “[...] grau relativo de garantia que, através de ações políticas, económicas, sociais, culturais, diplomáticas, psicológicas, ambientais e militares, o Estado proporciona à Nação que jurisdiciona, para a consecução ou manutenção de objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos, pressões ou situações adversas, existentes ou potenciais” (Fonseca, 2010: 86). O facto de se mencionar a nação em ambas as definições demonstra que os dois Estados consideram que a segurança nacional abrange não só os objetivos nacionais permanentes, mas também os cidadãos e a cultura. A segurança nacional “É, simultaneamente, um objectivo a alcançar e um valor a preservar” (Rodrigues, 2013: 7).

A entrada no século XXI modificou todo o ambiente estratégico em que nos inserimos. Os Estados enfrentam agora um sistema multipolar, onde organizações internacionais, ONG e a própria sociedade civil são atores de relevância; e os países enfrentam um mundo onde o espectro de ameaças é mais diversificado e numeroso, incluindo ameaças não territoriais e não militares. Face a todas estas adversidades e ao próprio desenvolvimento das relações internacionais, já não é possível pensar fazer defesa e obter segurança apenas com instrumentos militares, sendo necessária uma abordagem multidisciplinar e complementar entre os vários setores e os vários *players* da sociedade internacional.

A era da globalização obrigou a uma revisão das noções de segurança e defesa, mas também de cultura. Num ambiente onde tudo é transferido e partilhado, alguns elementos tornaram-se comuns a todos os Estados. No entanto, existem aspetos como a História ou a língua, que permitem que cada cultura permaneça única e específica de uma coletividade, mesmo no período da globalização. Tanto o conceito de defesa nacional como o de segurança nacional, acima referidos, demonstram que é essencial no século XXI aliar os instrumentos militares aos económicos, políticos ou sociais. A cultura não é exceção, influenciando a forma como cada país, como cada nação, conduz a sua defesa nacional ou como define segurança nacional, demonstrando a sua complementaridade na área securitária.

4.2. Legislação portuguesa da defesa nacional

A segurança e a defesa nacional são assuntos que estão interligados e de extrema importância para qualquer Estado, incluindo Portugal.

A política de defesa nacional (PDN) é a política encarregue da área da defesa nacional, consistindo no conjunto de princípios, objetivos, orientações e prioridades que asseguram a condução da mesma, e que estão definidos nos seguintes documentos: Constituição da República Portuguesa (CRP)⁸, programa do governo, Lei de Defesa Nacional (LDN)⁹ e Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)¹⁰.

A CRP é o documento basilar do país, e a defesa nacional encontra-se contemplada no artigo 9.º, onde são referidas as tarefas fundamentais do Estado, e no artigo 273.º, onde está referida como uma obrigação do Estado e onde se mencionam os seus objetivos – garantir “[...] a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas” (CRP, art. 273.º). Neste documento começam a encontrar-se os primeiros indícios de como a defesa nacional e a cultura podem estar ligadas, pois faz-se referência à liberdade e segurança das populações, à proteção e valorização do património cultural da nação

⁸ Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.

⁹ Disponível em: <https://dre.pt/application/file/56384661>

¹⁰ Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2013/04/06700/0198101995.pdf>

portuguesa, focando igualmente a importância da valorização permanente da difusão internacional da língua do país (*idem*, art. 9.º).

Na LDN encontram-se definidos, entre outros, os princípios gerais da defesa nacional, a PDN e as responsabilidades dos órgãos do Estado em matéria de defesa nacional, em particular do Ministério da Defesa Nacional e das Forças Armadas. No artigo 5.º da LDN estão definidos os objetivos permanentes da PDN onde se torna evidente a importância do setor da cultura, pois defender o património português e desenvolver as capacidades da população do país são considerados como objetivos permanentes. Ainda sobre a ligação entre a área da cultura e a defesa nacional, o artigo 36.º refere-se à defesa da pátria como “[...] direito e dever fundamental de todos os Portugueses”, e, como um dos elementos identificativos de uma pátria é a cultura, demonstra-se, mais uma vez, a existência e necessidade de uma conexão entre os dois setores.

Quanto às orientações da PDN, elas encontram-se dispersas pelos programas de cada governo assim como no CEDN e no Conceito Estratégico Militar (CEM). O CEDN “[...] define os aspectos fundamentais da estratégia global do Estado adoptada para a consecução dos objectivos da política de defesa nacional” (Nogueira, 2005: 154), enquanto o CEM “[...] decorre do CEDN e insere-se na estratégia global do Estado, adoptada para a consecução dos objectivos da política de defesa nacional, desenvolve as orientações do CEDN referentes à componente militar de defesa e define as missões atribuídas às Forças Armadas e aos Ramos” (*idem*: 173).

O CEDN encontra-se dividido em quatro áreas: enquadramento internacional, Portugal no mundo, enquadramento nacional e conceito de ação estratégica nacional (Clero, 2015). É o documento que aborda a defesa nacional de forma mais extensiva, e, por essa razão, será analisado com maior detalhe de seguida.

4.3. Cultura e defesa nacional no Conceito Estratégico de Defesa Nacional

Após a Segunda Guerra Mundial o ambiente internacional sofreu grandes alterações, que se foram consolidando durante a Guerra Fria e que terminaram com o mundo bipolar. As ameaças deixaram de provir apenas de Estados, tendo diversas origens, e o teatro internacional ganhou novos protagonistas, tornando o ambiente mais

complexo, e diluindo as ideias do que é interno ou externo e priorizando o que é transnacional (Fonseca, 2011: 81).

Com este desenvolvimento de eventos, muitos Estados “[...] criaram ou reformularam os respectivos CSN (Conceito de Segurança Nacional), com o objectivo de melhor se adaptarem à nova realidade [...]”, entre eles os Estados Unidos, o Reino Unido, a França e a Holanda (*idem*: 86). Nesta altura, Portugal não formulou um CSN, mas reformulou o seu CEDN em 2003. No entanto, desde então, a evolução dos acontecimentos foi tão célere que o documento já não se encontrava adequado nem à realidade portuguesa nem ao contexto internacional, e por esta razão, em 2013, é publicado um novo CEDN, que espelha a nova realidade e os desafios que a acompanham.

Ao longo do documento são apontados os valores fundamentais e os interesses, as ameaças e os riscos, e os objetivos, tanto a nível internacional como a nível nacional. Os valores fundamentais incluem a manutenção da soberania nacional ou a defesa dos Direitos Humanos e do Direito Internacional; enquanto que os interesses portugueses consistem na sua afirmação internacional, garantir a sua permanência nas alianças e ajudar no desenvolvimento da paz e da segurança mundial (CEDN, 2013: 8). Ao ser um ator na cena internacional, Portugal está sujeito a ameaças e riscos globais, e o CEDN considera que os principais riscos e ameaças à segurança nacional são o terrorismo, que se tem desenvolvido em solo europeu, a proliferação de armas de destruição maciça, o crime transnacional organizado, o cibercrime, a pirataria e os riscos de cariz ambiental, como as alterações climáticas e as pandemias (*idem*: 16-17).

O CEDN define também os objetivos permanentes e conjunturais do Estado português. Nos permanentes podem destacar-se os que se encontram definidos na CRP (soberania, integridade territorial, etc.), a liberdade e segurança da população e dos órgãos de soberania e a consolidação nacional (*idem*: 27). Os objetivos conjunturais consistem, entre outros, no melhoramento das condições económicas e financeiras nacionais, na continuação da valorização dos espaços atlântico, europeu e lusófono e na afirmação internacional do país (*idem*: 28). Através da listagem de ameaças e de objetivos, é observável a necessidade da colaboração entre os vários setores nacionais para concretização prática do CEDN, mas também é imprescindível a ligação e parceria com as organizações internacionais da qual o Estado faz parte, e nas quais tem compromissos e deveres internacionais a cumprir.

Portugal não pode definir os seus objetivos e estratégias isoladamente, pois integra uma sociedade internacional cada vez mais complexa e conectada. A própria posição geográfica de Portugal impossibilita o seu isolamento em relação a outros espaços: ao possuir um “triângulo estratégico”, composto pelo território continental e os arquipélagos da Madeira e dos Açores, o país tem uma presença natural no continente europeu e no oceano Atlântico (*idem*: 20). Esta posição faz com que estas duas regiões sejam prioridades para o Estado português, que as conjuga com o seu papel na UE e na NATO. No entanto, os espaços europeu e atlântico não são os únicos com interesse. As proximidades geográfica, cultural e histórica fazem com que a região do Magrebe seja também ela uma prioridade para Portugal; e o espaço lusófono, através da herança histórica e da partilha da língua é, naturalmente, de extrema relevância para o país, refletida no facto do Estado ser membro (e fundador) da CPLP. A Ásia tem vindo a ganhar importância nos últimos anos, e, por essa razão, Portugal também a considera como um espaço regional importante na prossecução da defesa e da segurança.

O CEDN elabora e aprofunda a importância da cultura portuguesa na prossecução de objetivos nacionais, mostrando vários indícios que remetem para a importância da mesma na defesa nacional, desde a relevância da CPLP e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, passando por Macau e a atenção dada às ligações históricas e culturais.

Afirma-se que “O interesse de Portugal é [...] inseparável do fortalecimento da CPLP” e que “[...] importa aprofundar ou estabelecer parcerias estratégicas bilaterais [...] no espaço lusófono [...]” (*idem*: 8). A própria afirmação e consagração internacional do país tem de passar pela “[...] valorização de três elementos essenciais: a língua e a cultura portuguesas; a diáspora e os imigrantes e a definição e a consolidação de políticas – e estratégias – de imagem e marcas nacionais” (*idem*).

Os espaços onde a presença da comunidade portuguesa existe são vantajosos, pois já há uma relação que deve ser consolidada e são áreas onde a estratégia nacional é mais facilmente implementada, e é por isso que deve ser considerada uma mais-valia cultural, social, económica, política – uma mais-valia estratégica. A definição dos ativos nacionais aponta, igualmente, para uma relação entre a cultura e a defesa. “[...] a história; a identidade e coesão nacionais; a cultura e o espaço linguístico; [...] a participação [...] na CPLP; o mar e a centralidade no espaço atlântico; [...] as comunidades de emigrantes” (*idem*: 26): a partilha do mesmo idioma e de um passado histórico comum são aspetos

que determinam as parcerias e os interesses do país. A importância do Atlântico não é só devida à filiação à NATO – é também devida ao facto de este ser o espaço onde a língua portuguesa é mais falada.

Os membros da CPLP também têm um grande destaque na defesa nacional, onde a menção ao Brasil e a Timor-Leste é fundamental. Este último país é muito relevante “[...] para as relações bilaterais, mas também para o prestígio regional de Portugal”, permitindo desenvolver as relações no continente asiático, nomeadamente com países com os quais Portugal tem uma afinidade cultural, como é o caso da Região Autónoma de Macau ou da Índia (*idem*: 23). Os “[...] valores imateriais como a língua e a cultura [...]” (*idem*: 32) são imprescindíveis para o progresso da segurança e defesa nacional, e para que Portugal consiga vincar na arena internacional, estes são aspetos nos quais deve apostar – prova da sua relevância é um dos pontos do CEDN “3.4 Valorizar a língua e a cultura portuguesas” (*idem*: 46).

“A história confirma a vocação internacionalista de Portugal” (*idem*: 20). A escolha de determinados recursos nos quais o Estado deve investir são, igualmente, espelho dessa história lusitana, como por exemplo o investimento nos recursos marítimos (*idem*: 43- 44). Devido à sua posição geoestratégica, Portugal sempre teve uma orientação atlântica, e apesar do epicentro internacional parecer estar a deslocar-se para o Pacífico, área onde o Estado também deve investir, a importância do Atlântico nunca poderá ser desprezada – a partilha de um passado histórico-cultural e a participação na NATO, organização com a qual Portugal divide responsabilidades securitárias, nunca permitirão uma separação do oceano.

No século XXI, o positivo prestígio internacional de um país passa também pelo seu *soft power*, que inclui aspetos como a língua, a cultura ou o património (Paradelo, 2014). A projeção do poder nacional já não pode ser medida apenas por indicadores económicos ou militares – os cidadãos, a língua, os valores – são aspetos que se tornam cruciais na prestação portuguesa, seja ela interna ou internacional, principalmente na era da globalização (Santos, 1990; Richard, 2011). Uma política transversal a todos os setores, como o demonstra o CEDN, parece ser a única solução plausível para a concretização de uma situação de segurança. No entanto, “Nunca haverá espírito de defesa nacional se não houver efectiva consciência dos valores culturais em jogo” (Nogueira, 2005: 241), indicando a dificuldade em desagregar a cultura da defesa nacional. O próprio documento realça que ele “[...] só se torna nacional a partir do

momento em que Portugal e os portugueses o assumam como seu” (CEDN, 2013: 48), indicando como um documento de cariz securitário e de defesa só é eficaz quando incorpora a comunidade nacional, quando se torna parte da identidade – quando se torna um elemento cultural português.

4.4. Cultura de defesa e defesa da cultura em Portugal

A História é um fator, se não o fator, fundamental na consolidação da cultura, e, consequentemente, na consolidação da cultura de defesa. São as adversidades e as vitórias, o desenvolvimento de um povo e as suas ações que levam a determinadas opções estratégicas, que no seu conjunto e continuidade geram uma cultura de defesa.

“A Nação Portuguesa é, antes de mais, uma comunidade de destinos, caldeada por um passado comum, cimentada por uma cultura comum, bem como por um espaço geográfico que, igualmente em comum, se partilha e humaniza há muitos séculos” (Nogueira, 2005: 271). Portugal é um dos poucos países no mundo ao qual se pode chamar de Estado-nação e com fronteiras (entenda-se as do continente europeu) mais estáveis e antigas. A sua posição periférica na ponta ocidental da Europa e a sua extensa costa atlântica conduziram a um certo afastamento dos conflitos europeus e à busca de novas relações, de novos horizontes (Reis, 2013: 14).

Seja pela necessidade de afirmar a sua independência face ao vizinho ibérico, seja pela vontade de se tornar maior, o facto é que Portugal tem uma longa tradição de se aliar através dos mares e oceanos, ainda hoje visível. A época dos Descobrimentos corresponde ao auge e consagração dessa estratégia nacional, tendo consequências na política, na economia, mas também na cultura, que sofreu influências das novas terras, e que se difundiu por outros continentes, sendo a principal evidência a transmissão da língua portuguesa pelo mundo (*idem*: 19).

A preferência pela resolução pacífica de conflitos, nomeadamente através de relações diplomáticas e do *soft power*, face a opções militares diretas é também fruto da História nacional. Os aliados atlânticos têm sido, historicamente, uma receita de sucesso na defesa do território nacional, mas também na consolidação do prestígio internacional do país. As parcerias têm conjugado, benéficamente, alguma atenuação na autonomia nacional com a estabilidade no plano geopolítico.

A aposta na língua como instrumento de projeção de poder e de defesa nacional mantém-se, e a priorização da Lusofonia e do contacto com a CPLP demonstra que o português permanece um aspeto fundamental da cultura estratégica portuguesa (*idem*: 29).

Embora seja muito difícil alterar os padrões que definem uma cultura estratégica e, conseqüentemente, uma cultura de defesa, o contexto internacional sofreu alterações que tiveram efeitos sobre as mesmas. O facto de Portugal integrar as Nações Unidas e ser um Estado-membro da NATO e da UE, faz com que os seus objetivos e estratégias tenham de estar alinhados com estas organizações, levando a uma subtil, mas existente transformação em alguns elementos da cultura de defesa.

A cultura de defesa portuguesa é, nos dias de hoje, igualmente uma cultura de defesa europeia e uma cultura de defesa atlantista. As tendências para o emprego da *comprehensive approach* e da *smart defense*, e o desenvolvimento do *pooling and sharing* são alguns dos efeitos do Estado pertencer a coletividades, havendo uma certa uniformização da cultura de defesa. No entanto, a implementação destes efeitos na cultura de defesa nacional não é negativa, pelo contrário: Portugal, devido à sua média dimensão, deve ver (e vê) estes elementos transnacionais como oportunidades de desenvolver os seus objetivos nacionais de forma mais eficaz, e de contribuir, dentro das suas possibilidades, para a UE ou para a NATO, melhorando o seu prestígio internacional.

Como já foi referido, a globalização pode incentivar a uniformização, e a inserção de Portugal em alianças e organizações internacionais tem conseqüências no desenvolvimento da cultura de defesa. Isto não significa que a cultura de defesa portuguesa seja igual à de outros Estados, apenas que existem alguns elementos comuns. A cultura de defesa nacional continua a ser um elemento identitário de Portugal, que pode ser verificada, por exemplo, através da facilidade com que se aceita o que é diferente, um sentimento de tolerância que foi desenvolvido ao longo da História: esta atitude ainda hoje se reflete na participação muito prestigiada e apreciada das Forças Armadas portuguesas nas missões da ONU, da UE ou da NATO. O uso do *soft power* é visto como dos instrumentos mais importantes para o país, que lhe permite melhorar e consolidar a sua imagem e prestígio internacionais.

O contexto cultural e a identidade de um Estado têm influência na forma como ele percebe a segurança, a defesa e a sociedade internacional. Segundo a teoria

construtivista, o contexto cultural condiciona as percepções, as decisões e os comportamentos de um Estado na conjuntura internacional (Slaughter, 2011).

Como se tem vindo a verificar, a cultura é imprescindível à defesa nacional, e por isso deve também existir uma defesa da cultura, pois “A defesa da nação e da identidade de um povo passa pela defesa da sua cultura” (Nogueira, 2005: 238). Para que exista a vontade de defesa, seja ela qual for, é absolutamente necessário haver vontade nacional de existir enquanto coletividade, enquanto nação (*idem*: 277). O orgulho e prestígio do Estado são-lhe inerentes, e devem começar no seu interior e depois espelhar-se na sociedade internacional. A divulgação da língua e da literatura, a conservação das tradições, e a memória do passado têm de permanecer nos cidadãos portugueses, estejam eles em território nacional ou no estrangeiro, pois eles são atores na execução da defesa nacional e devem por isso ser valorizados. O prestígio internacional passa pela boa participação em missões da ONU, da NATO ou da UE, pelas boas relações diplomáticas que o Estado português mantém com outros países. Para manter a boa reputação nacional é preciso proteger a sua cultura, elemento único, característico e identitário de Portugal.

No mundo globalizado do século XXI que Portugal integra, a defesa nacional passa pela cultura, e a existência da cultura passa pela sua defesa, tornando-se imperiosa a preservação, aprofundamento e integração de ambas.

4.5. Notas finais

Todas as civilizações, povos, culturas e países estão sujeitos à mudança e à evolução, de forma mais lenta ou mais óbvia. A sociedade internacional também evoluiu, cresceu e modificou-se com a entrada no século XXI. O fenómeno da globalização veio alterar o seu funcionamento e Portugal, parte dessa sociedade, teve de se adaptar à nova realidade – aquela onde os atores se multiplicaram, as ameaças se diversificaram, as percepções se mudaram e os objetivos e interesses se remodelaram. A segurança e defesa nacional já não são do domínio exclusivo do Estado, e por isso torna-se fundamental a revisão de definições dos conceitos, assim como das estratégias a adotar. Apesar do seu papel ter sofrido alterações, o Estado continua a ser um ator essencial nestas áreas. Numa era em que tudo está interconectado, a defesa nacional passa pela utilização e conjugação

de todos os instrumentos de que Portugal dispõe: militares, sociais, económicos, políticos e culturais, nacionais e internacionais.

A publicação do CEDN em 2013 surge com a necessidade de adaptar o país aos novos desafios e, consequentemente, atualizar a sua estratégia. A cultura e a defesa nacional estão intrinsecamente ligadas, sendo muito desfavorável a sua separação, pois as duas áreas completam-se e ajudam-se mutuamente.

A divulgação da cultura portuguesa, nomeadamente da língua e da História, o aprofundamento dos relacionamentos com a CPLP e países com o qual Portugal partilha um passado comum são elementos fundamentais para a execução de uma defesa nacional funcional, assim como contributos para o aumento do prestígio internacional do país. Mas o Estado não se pode esquecer que integra, de forma voluntária, alianças e organizações internacionais, no seio das quais tem deveres e compromissos a cumprir. É natural que a condução da sua defesa nacional esteja alinhada com estes atores, e que, a longo prazo, se verifiquem pequenas variações na cultura estratégica portuguesa, pois ela é também uma cultura estratégica europeia e atlantista. O que é importante manter e preservar são os elementos distintos e únicos que caracterizam o país e que o podem tornar numa mais-valia na condução da defesa nacional e contribuir para um ambiente de segurança internacional.

A defesa nacional só é possível se houver um alinhamento e conectividade entre os vários setores, e se a população e as comunidades portuguesas tiverem uma participação. Para isso é necessário a valorização da cultura e da defesa nacional – pois ambas dependem uma da outra – e o futuro de Portugal depende delas.

5. O papel do Instituto da Defesa Nacional na estratégia e na defesa nacionais

O Instituto tem como missão ser o principal centro de pensamento estratégico nas áreas de segurança e defesa em Portugal, e por isso, ao longo dos anos, tem desenvolvido diversas atividades de forma a atingir os seus objetivos e a tornar-se num conceituado centro de estudos e de investigação.

A tutela do Ministério da Defesa Nacional faz com que o IDN seja um organismo governamental com responsabilidades a nível nacional e internacional. Como foi referido, o IDN produz *papers* científicos de acordo com as necessidades e orientações do

Ministério, que por sua vez tem de se guiar pelas diretivas gerais do governo. Apesar desta tutela, o IDN possui autonomia científica e pedagógica, permitindo-lhe explorar diversas áreas que considera importantes para Portugal.

É sabido que um dos objetivos primordiais do Instituto, desde o seu tempo enquanto IAEDN, é divulgar os temas da segurança e da defesa nacional pelo país inteiro, e, ainda mais relevante, pela sua sociedade civil. Ao envolver os cidadãos, eles tornam-se mais conscientes, mais participativos e mais envolvidos num dos pilares nacionais. A oferta de variados cursos que o IDN tem proporcionado ao público têm ajudado na divulgação do Instituto, mas também na divulgação de assuntos de cariz securitário. Para além dos cursos, os seminários e as mesas redondas são oportunidades para os portugueses verem ser discutidos temas atuais e temas intemporais, relacionados com a realidade portuguesa, mas também com a realidade internacional, na qual o país se insere. Os grupos de estudos, mais vocacionados para a área da investigação, são igualmente importantes para um maior e mais profundo debate sobre questões de segurança, de defesa e de estratégia.

As publicações são o resultado “físico” de todo o trabalho de investigação que é elaborado no IDN, acessível a todos. As suas diversas frentes demonstram uma variedade elevada de temas, uns com um carácter mais prático, outros mais teóricos, mas ambos imprescindíveis para a consolidação de uma consciência de defesa em Portugal. A participação do IDN nos trabalhos preparatórios do CEDN de 2013 demonstram a sua importância nos campos da segurança, da estratégia e da defesa nacionais. O documento é fruto de uma investigação profunda e multidisciplinar, onde o IDN teve um papel importante enquanto centro de estudos e investigação, mas igualmente enquanto plataforma de encontro entre vários setores.

Sendo Portugal um *player* da arena internacional, inserido em organizações e alianças internacionais, o Instituto não poderia, de forma nenhuma, isolar-se desta realidade. Por esta razão, as parcerias com outros institutos do género no estrangeiro e com centros académicos de investigação nacionais e internacionais é essencial para que haja uma troca de ideias e uma solidificação da investigação portuguesa.

A estratégia nacional tem de ser abrangente e multidisciplinar, e uma das suas componentes tem de ser o *soft power*. O IDN, ao desenvolver uma investigação credível e de valor acrescentado, ao divulgá-la e ao ser reconhecida tanto em território nacional

como no estrangeiro, está a contribuir para uma imagem nacional prestigiante junto dos seus cidadãos, mas também junto de outros países. Ao incentivar o encontro e partilha de conhecimentos entre civis e militares, entre os vários setores do país, entre entidades governamentais e privadas, entre especialistas e jovens estudantes, o Instituto está a cooperar para a existência de uma coesão nacional mais forte. Embora não exista no país um Conceito Estratégico Nacional – que corresponderia à estratégia global portuguesa – existe uma cultura estratégica portuguesa, e existem prioridades, objetivos e interesses nacionais permanentes, que só podem ser alcançados com uma coesão nacional e com uma abordagem integrada, multidisciplinar e intersectorial.

O papel do IDN na prossecução da estratégia e da defesa nacionais é bastante claro, ao defender e promover uma investigação de qualidade, fornecendo *inputs* na formulação e execução das mesmas, ao refletir sobre os seus resultados, e auxiliando na sua modificação e melhoramento. Os vários espaços de reflexão promovem um debate aberto e multidisciplinar, onde cada participante pode dar o seu contributo, criando-se uma ponte entre os diversos setores nacionais, diminuindo a fenda na sociedade portuguesa.

O Instituto tem vindo, desde a sua existência, a contribuir para o estudo da estratégia, da defesa e da segurança em Portugal. Esse estudo, mais teórico no início, evoluiu para uma investigação mais especializada, criando uma doutrina nacional. Hoje em dia, o IDN possui uma vasta rede de contactos, e uma base de conhecimentos alargada nas áreas da segurança e da defesa, tanto a nível nacional como a nível internacional.

E se dúvidas restarem sobre o longo contributo que o Instituto tem fornecido à estratégia e defesa nacionais e à sociedade portuguesa, pode relembrar-se que as definições de segurança nacional e de defesa nacional, ainda hoje em vigor no Estado português, foram criadas e implementadas pelo IDN, tornando-o no “[...] principal centro do Estado português ao nível do pensamento estratégico nas áreas da segurança e defesa nacional” (Instituto da Defesa Nacional, 2014a: 4).

6. Considerações Finais

A evolução das relações internacionais obrigou a uma revisão concetual na área da segurança e da defesa. Uma abordagem apenas militar deixou de ser, há muito tempo, suficiente para fazer frente ao espectro imenso e variado de ameaças, de riscos e de problemas que a sociedade incorpora. A conjuntura internacional fez com que fosse necessária uma revisão das definições destes conceitos, mas também de estratégias e instrumentos essenciais à segurança do ambiente internacional.

O IDN, sendo um centro de investigação, não podia ficar indiferente à evolução das relações internacionais e à sua consequente evolução concetual, e por isso também ele se foi adaptando e transformando face ao novo ambiente securitário, atualizando os seus temas de estudo e as suas atividades. A abordagem multidisciplinar e integrada de segurança e defesa tem sido um dos pilares fundamentais do Instituto desde a sua fundação, e tem sido esta abordagem integrada de segurança e defesa que se tem vindo a vincar a nível mundial, pois o mundo gere-se cada vez mais em rede, e torna-se imprescindível a integração dos muitos atores internacionais em alianças e organizações. Na era da globalização, o isolacionismo parece estar longe de ser a opção solucionadora.

De um ponto de vista nacional, o Instituto tem vindo a contribuir fortemente para o estudo, a investigação e o debate de temas considerados relevantes para o país. É um espaço de encontro entre variados especialistas, que discutem várias vertentes da segurança e da defesa nacional, contribuindo para a abordagem multidisciplinar, para uma relação civil-militar mais estreita. Um espaço onde se conjuga o teórico com o prático e que faz uma ligação entre o setor privado e o setor público. A tutela do Ministério da Defesa Nacional faz com que haja também um trabalho vocacionado para o governo, com uma aplicação mais direta, mas a autonomia pedagógica do IDN permite um aprofundamento das temáticas, onde se deve realçar a importância das parcerias com centros de investigação e institutos congéneres, tanto em território nacional, como no estrangeiro.

A contribuição do IDN para uma cultura estratégica portuguesa prende-se principalmente com a divulgação dos seus estudos e temas, normalmente abertos ao público, à população portuguesa. Ao divulgar estas temáticas consegue-se a normatização de conceitos junto da população, fazendo com que a segurança, a defesa e a estratégia,

ganhem, gradualmente, um espaço na agenda pública. A vasta, variada e especializada oferta formativa é igualmente um instrumento crucial no desenvolvimento dessa cultura estratégica. Os diferentes cursos e as formações de qualidade permitem que a população portuguesa tenha acesso a um ensino e uma troca de ideias ao nível concetual, mas também de um ponto de vista mais prático, profissional, promovendo a troca de experiências e uma abordagem multissetorial.

E como em qualquer cultura, o elemento da escrita é uma parte importante. O IDN é um forte contribuinte para a cultura estratégica portuguesa, pois a sua investigação resulta no desenvolvimento da literatura especializada nacional na área das relações internacionais, escrita em português, por portugueses. Mas Portugal está integrado num sistema internacional, e por isso a escrita de artigos científicos em língua estrangeira deve também ser valorizada e incentivada, conduzindo ao debate com parceiros estrangeiros, ajudando ao prestígio nacional além-fronteiras.

O desenvolvimento da cultura estratégica portuguesa é um projeto a longo prazo, que deve envolver as várias gerações da população. Através do aprofundamento da relação do IDN com os mais jovens, sejam eles universitários ou estudantes do ensino básico e secundário, como já foi referido anteriormente, o Instituto tenta implementar valores e ideias para que as gerações futuras tenham uma maior noção sobre as questões de segurança e defesa, e para que sejam capazes de ser atores contribuintes nas políticas nacionais, para que sejam verdadeiros cidadãos.

O estágio no IDN é também uma forma de sensibilizar os estudantes universitários para a importância destas questões. Na área da investigação, a estagiária desenvolveu capacidades de investigação teórica e aprofundou conhecimentos especializados através da sua participação em grupos de estudo e mesas redondas. Nas áreas da educação e da formação, para além de adquirir e aprofundar informações nos cursos e nos seminários, aprendeu a parte logística que está por detrás da organização destes eventos. Na sensibilização e divulgação, a estagiária publicitou as atividades do IDN pelas suas redes sociais, comunicou sobre o estágio e a instituição a outros colegas, e contribuiu com algumas ideias que visam o melhoramento do IDN. Por fim, na cooperação internacional, o estágio permitiu o estabelecimento de contactos com diversas entidades e profissionais estrangeiros, abrindo horizontes para o futuro, e esse mesmo contacto permitiu também a divulgação de Portugal e do IDN fora do território nacional. Foram seis meses de muita aprendizagem, mas principalmente de crescimento pessoal. O estágio no IDN permitiu

conciliar uma experiência profissional com a experiência universitária, possibilitando a aplicação de conhecimentos adquiridos anteriormente, mas também a aquisição de novas experiências e novas capacidades, nomeadamente na organização e gestão de eventos.

Numa altura em que o transnacional parece ser o nível mais característico das relações internacionais no que diz respeito a segurança e defesa, torna-se imperiosa a colaboração e unidade no seio de organizações internacionais e alianças. A segurança é um objetivo desejado por todos os Estados, e a defesa tem de passar pela conjugação de variados instrumentos e com a participação de vários atores, de uma forma integrada e multidisciplinar. Para que este cenário se torne uma realidade sólida, a investigação nas áreas da segurança, da defesa e da estratégia têm de espelhar essa mesma multidisciplinaridade e a união entre setores. Em território nacional, já existe um organismo consistente que espelha esta realidade e que, certamente, não irá parar de evoluir, tornando-se, progressivamente, mais próximo da população portuguesa – o Instituto da Defesa Nacional.

Bibliografia

Aguiar, J. (1987). A Política de Defesa como Política Interdepartamental. In: Instituto da Defesa Nacional, ed., *Nação e Defesa n.º44*, 1st ed. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp.21-32.

Alves, J. (2014). Testemunho: Tenente-General José Lopes Alves. In: A. Cabral Couto, J. Garcia Leandro e A. Duarte, ed., *IDN Cadernos - Memória do Instituto da Defesa Nacional*, 1st ed. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp.11-17.

Cardoso, L. (1981). Defesa Nacional - Segurança Nacional. In: Instituto da Defesa Nacional, ed., *Nação e Defesa n.º17*, 1st ed. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp.11-24.

Clero, R. (2015). *O Conceito Estratégico de Defesa Nacional e Planeamento Estratégico*. (Conferência proferida a 05 março 2015, no Instituto da Defesa Nacional em Lisboa).

Couto, A. (2001). Na Queda do "Muro"... In: Instituto da Defesa Nacional, ed., *Nação e Defesa n.º100*, 1st ed. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp.25-35.

Duarte, A. (2016). *Apresentação: O Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz*. (Conferência proferida a 13 maio 2016 no Porto).

Ferreira, J. (2001). O IDN e o Pensamento Estratégico. In: Instituto da Defesa Nacional, ed., *Nação e Defesa n.º 100*, 1st ed. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp.17-24.

Fonseca, J. (2010). O Conceito de Segurança Nacional Perspectivado para 2030. *IUM*, [online] pp.81-115. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/12079> [Último acesso: 14 maio 2016].

Infopédia. (s.d.). *Cultura*. [online] Infopédia. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cultura> [Último acesso: 08 maio 2016].

Instituto da Defesa Nacional. (2011). *IDN Cadernos n.º 5*. [online] Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1351&cod=14#sthash.Wf6SNp66.dpbs> [Último acesso: 10 Junho 2016].

Instituto da Defesa Nacional. (2013). *Coleção Atena n.º 30*. [online] Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1331&cod=30#sthash.oTX2Q0Xn.dpbs> [Último acesso: 10 Junho 2016].

Instituto da Defesa Nacional. (2014a). *Plano de Atividades 2014*. 1st ed. [pdf] Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/plano_actividades2014.pdf [Último acesso: 14 abril 2016].

Instituto da Defesa Nacional. (2014b). *Nação e Defesa n.º137*. [online] Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1321&cod=140#sthash.OWmXh0xj.dpbs> [Último acesso: 10 Junho 2016].

Instituto da Defesa Nacional. (2015). *A União Europeia e a crise dos refugiados*. [online] Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=022&cod=19102015x1#sthash.lK4o44Zh.dpbs> [Último acesso: 28 abril 2016].

Instituto da Defesa Nacional. (2016). *IDN Brief*. [online] Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1341&cod=53#sthash.rqLgk0Lu.dpbs> [Último acesso: 10 Junho 2016].

Instituto da Defesa Nacional. (s.d.a). *Apresentação IDN*. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php> [Último acesso: 02 maio 2016].

Instituto da Defesa Nacional. (s.d.b). *Instituto da Defesa Nacional - Publicações*. [online] Idn.gov.pt. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=011> [Último acesso: 13 abril 2016].

Instituto da Defesa Nacional. (s.d.c). *Instituto da Defesa Nacional – Grupo de Estudos sobre “Relações Portugal-Brasil”*. [online] Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1308&cod=5> [Último acesso: 05 maio 2016].

Instituto da Defesa Nacional. (s.d.d). *Instituto da Defesa Nacional - Grupo de Estudos sobre Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia*. [online] Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1308&cod=10> [Último acesso: 03 maio 2016].

Nogueira, J. (2005). *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa: Edições Cosmos.

Nunes, I. (2016). *The European Union Global Strategy*. [online] Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/English/index.php?mod=008&cod=201603101833#sthash.z9uatW63.dpbs> [Último acesso: 30 abril 2016].

Oxford. (s.d.). *Culture*. [online] Oxford Dictionaries. Disponível em: <http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/culture> [Último acesso: 8 maio 2016].

Paradelo, A. (2014). *Hard power, soft power, smart power*. (Conferência proferida em dezembro 2014, na FCSH-UNL em Lisboa).

Pina, L. (1987). O Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional - Estudo Interdisciplinar. Investigação. In: Instituto da Defesa Nacional, ed., *Nação e Defesa: número especial dedicado ao X aniversário do Instituto da Defesa Nacional*, 1st ed. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp.35-43.

Portugal na Grande Guerra. (2013). [online] Disponível em: <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Paginas/LinhadeInvestiga%C3%A7%C3%A3o.aspx> [Último acesso: 02 maio 2016].

Reis, B. (2013). Ensaio em Torno de uma Cultura Estratégica Portuguesa. *Nação e Defesa*, 136, pp.9-33.

Richard, F. (2011). *The role of Culture in Defence and Security Policy*. [online] Amicentre. Available at: <http://www.amicentre.biz/The-role-of-Culture-in-Defence-and.html?lang=fr> [Último acesso: 06 Maio 2016].

Rodrigues, A. (2013). O conceito de segurança. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, [online] pp.1-10. Available at: http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal/JDRI%20047%20090413%20conceito%20seguran%C3%A7a.pdf [Último acesso: 11 Maio 2016].

Rodrigues, A. (2015). *Enquadramento concetual e legal da segurança e defesa nacional*. (Conferência proferida a 19 fevereiro 2015, no Instituto da Defesa Nacional em Lisboa).

Rodrigues, J. (1987). O General Câmara Pina e o I.A.E.D.N. In: Instituto da Defesa Nacional, ed., *Nação e Defesa: número especial dedicado ao X aniversário do Instituto da Defesa Nacional*, 1st ed. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp.29-33.

Santos, J. (2005). Um Novo Modelo de Segurança e Defesa para o Século XXI. *Revista Militar*, [online] (2437/2438). Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/45> [Último acesso: 14 maio 2016].

Santos, J. (2006). *A Importância do IDN na Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

Santos, V. (1990). Cultura e Poder: breves reflexões sobre o vector cultural do poder nacional. *Nação e Defesa*, Defesa Nacional – anos 90, pp. 165-178.

Silva, A. (1987). Resenha histórica das actividades do Instituto da Defesa Nacional no X aniversário da sua criação. In: Instituto da Defesa Nacional, ed., *Nação e Defesa: número especial dedicado ao X aniversário do Instituto da Defesa Nacional*, 1st ed. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp.103-110.

Silva, K. e Silva, M. (2009). Cultura. In: *Dicionário de Conceitos Históricos*, 2nd ed. [online] São Paulo: Editora Contexto, pp.85-88. Disponível em: <https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/dicionc3a1rio-de-conceitos-hisc3b3ricos.pdf> [Último acesso: 09 maio 2016].

Slaughter, A. (2011). International Relations, Principal Theories. In: *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*, 1st ed. [online] Oxford: Oxford University Press. Disponível em: https://www.princeton.edu/~slaughtr/Articles/722_IntlRelPrincipalTheories_Slaughter_20110509zG.pdf. [Último acesso: 14 maio 2016].

Tomé, L. (2014). Segurança. In: N. Mendes e F. Coutinho, ed., *Enciclopédia das Relações Internacionais*, 1st ed. Alfragide: D. Quixote, pp.469-472.

Vieira, G. (2014). Testemunho: Tenente-General Guilherme de Sousa Belchior Vieira. In: A. Cabral Couto, J. Garcia Leandro e A. Duarte, ed., *IDN Cadernos - Memória do Instituto da Defesa Nacional*, 1st ed. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp.24-31.

Documentos e legislação:

Conceito Estratégico de Defesa Nacional – CEDN. Diário da República. 1.^a Série, n.º 67. (2013-04-05). [online] Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2013/04/06700/0198101995.pdf> [Último acesso: 15 maio 2016].

Constituição da República Portuguesa – CRP. Decreto de 10 de abril de 1976, na redação resultante da Lei n.º 1/2005 (2005-08-12) [online] Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>. [Último acesso: 10 maio 2016].

Decreto-Lei n.º 183/2014. Diário da República. 1.ª Série, n.º 250. (2014-12-29). [online]
Disponível em: <http://www.emgfa.pt/documents/5gms14pjb0v9.pdf> [Último acesso: 17 junho 2016].

Decreto-Lei n.º 46/88. Diário da República. I Série, n.º 35. (1988-02-11). [online]
Disponível em: <https://dre.pt/application/file/283067>. [Último acesso: 06 maio 2016].

Decreto-Lei n.º 48 146/1967. Diário do Governo. I Série, n.º 297. (1967-12-23). [online]
Disponível em: <https://dre.pt/application/file/401598>. [Último acesso: 03 maio 2016].

Decreto-Lei n.º 550-D/76. Diário da República. I Série, n.º 161. (1976-07-12). [online]
Disponível em: <https://dre.pt/application/file/181688>. [Último acesso: 05 maio 2016].

Decreto-Lei n.º 635/74. Diário do Governo. I Série, n.º 270. (1974-11-20). [online]
Disponível em: <https://dre.pt/application/file/466103>. [Último acesso: 05 maio 2016].

Decreto-Regulamentar n.º 41/2012. Diário da República. 1.ª Série, n.º 95. (2012-05-16).
[online] Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/media/596215/idn_decretoregulametar.pdf. [Último acesso: 04 maio 2016].

Diretiva 25/2015, IV Curso Intensivo de Segurança e Defesa, Açores 2015-2016.

Diretiva 33/2015, VII Curso de Gestão Civil de Crises – 2016.

Diretiva 5/2016, I Ação de Formação “Segurança, Defesa e Paz”.

Diretiva 6/2016, III Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço – 2015/2016.

Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas n.º 29/82 – LDNFA. Diário da República. I Série, n.º 285. (1982-12-11). [online] Disponível em: <https://dre.pt/application/file/379393>. [Último acesso: 10 maio 2016].

Lei da Defesa Nacional -LDN. Diário da República. 1.ª Série, n.º 166. (2014-08-29). [online] Disponível em: <https://dre.pt/application/file/56384661>. [Último acesso: 14 maio 2016].

Regulamento do CDN. (2011).

Anexo

Tabela 1: Quadro-resumo das atividades desenvolvidas no estágio

Tipo de atividade		Nome da atividade	Tema	Conceitos-chave	Data	Duração
Conferência		<i>Hitler and the First World War</i>	Primeira Guerra Mundial	Hitler; Primeira Guerra Mundial; pequenas e médias potências	29 setembro 2015	Manhã
Seminário	Nacional	A União Europeia e a crise dos refugiados	Crise dos refugiados	UE; segurança; refugiados; revoluções árabes	19 outubro 2015	Tarde
		Brasil e a transição internacional	BRICS	Brasil; BRICS; Atlântico sul; ordem internacional	10 dezembro 2015	Dia
	Internacional	<i>India's Foreign Policy and Strategic Culture</i>	BRICS	Índia; BRICS; política externa; ordem internacional; cultura estratégica	24 novembro 2015	Manhã
		<i>Capacity building in Defense and Security: has is ever worked?</i>	<i>Capacity building</i>	<i>Capacity building</i> ; defesa; segurança; NATO	15 dezembro 2015	
		<i>The EU's Comprehensive Approach [...]</i>	<i>Comprehensive approach</i>	<i>Comprehensive approach</i> ; UE; PCSD; estratégia global	23 fevereiro 2016	
		<i>The European Union Global Strategy</i>	Estratégia global da UE	Estratégia global; UE; PCSD; política externa europeia	01 fevereiro 2016	Dia
		<i>Entering the war. The entrance of Small and Medium powers [...]</i>	Primeira Guerra Mundial	Primeira Guerra Mundial; Bélgica; Bulgária; Grécia; Portugal; diplomacia	30 março 2016	
		A ameaça terrorista e a segurança europeia	Terrorismo na Europa	UE; terrorismo; PCSD; Daesh; segurança	29 fevereiro 2016	
Grupo de estudos		Relações Portugal-Brasil	Segurança marítima no Atlântico sul	Brasil; Portugal; Atlântico sul; parcerias estratégicas	19 novembro 2015	Tarde
		Política Externa, Segurança e Defesa Europeia	<i>European Agenda for Migration and the Refugees crisis</i>	UE; refugiados; crise securitária; PCSD	14 janeiro 2016	

	Segurança Energética	<i>Energy security in Europe</i>	Segurança energética; Europa; Atlântico	25 fevereiro 2016	Manhã
Mesa redonda	<i>The EU Global Strategy</i>	-	Estratégia global; UE; PCSD; política externa	18 janeiro 2016	Tarde
	<i>The new EU's Global Strategy [...]</i>	-	Estratégia global; UE; PCSD; <i>comprehensive approach</i> ; política externa	27 janeiro 2016	
Curso	Curso de Defesa Nacional	-	Defesa nacional; segurança; estratégia; Portugal; relações internacionais	04 novembro 2015 (início)	A estagiária acompanhou até ao final do estágio (abril 2016)
	Curso Intensivo de Segurança e Defesa		Defesa; segurança; Açores; relações internacionais	20 novembro 2015 (início)	Até abril 2016
	Ação de Formação: “Segurança, Defesa e Paz”		Segurança; defesa; educação; Forças Armadas; Ensino básico e secundário	17 fevereiro 2016 (início)	06 dias
	Curso de Gestão de Civil de Crises		Gestão civil de crises; segurança; defesa; UE;	24 fevereiro 2016 (início)	A estagiária acompanhou até ao final do estágio (abril 2016)
	Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço		Cibersegurança; ciberdefesa; ciberespaço; estratégia	14 março 2016 (início)	07 dias